



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - TORTURA E MAUS TRATOS		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0986B1/02	DATA: 29/11/02
INÍCIO: 16h48min	TÉRMINO: 23h00min	DURAÇÃO: 6h12min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 3h42min	PÁGINAS: 93	QUARTOS: 46
REVISÃO: Andréa Macedo, Antonio Morgado, Gilberto, Monica, Paulo Domingos, Tatiana		
CONCATENAÇÃO: J. Carlos		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
MARCELO ZATURANSKY NOGUEIRA ITAGIBA – Superintendente da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro
LUIS FELIPE EGGER DE CERQUEIRA – Delegado da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro
MARCELO DURVAL SOARES – Delegado da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro
WALTER RUI DE SANTANA – Agente da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro
FRANCISCO GONÇALVES GABRIEL – Primeiro-Tenente do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos e acareação de testemunhas.

OBSERVAÇÕES
Audiência Pública de acareação de testemunhas realizada nas dependências da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Elcione Barbalho) - Está reaberta a sessão. Convido para tomar assento à Mesa Dr. Marcelo Nogueira Itagiba, Superintendente da Polícia Federal do Rio de Janeiro. Quero lembrar a cada Deputado inscrito que, ao fazer suas indagações, terá direito à réplica e à tréplica, assim como o terá o depoente. A presente reunião destina-se à oitiva de testemunha. Portanto, solicito ao Dr. Marcelo Nogueira Itagiba que preste juramento, em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal. Solicito a todos que fiquem de pé para ouvir o juramento.

**O SR. MARCELO ZATURANSKY NOGUEIRA ITAGIBA** – Juramento: *"Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado"*.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Elcione Barbalho) – Muito obrigada. Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, advirto o depoente das penas cominadas ao crime de falso testemunho, assim descrito no Código Penal: *"Art. 342. Fazer afirmação falsa, ou negar, ou calar a verdade, como testemunha, perito, tradutor ou intérprete, em processo judicial, policial ou administrativo, ou em juízo arbitral. Pena: reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos e multa"*. Com a palavra a testemunha, Dr. Marcelo. O senhor poderá usar vinte minutos. Se lhe convier, se o senhor não tem nada a falar, se não quer falar absolutamente, dizer alguma coisa, passaremos a interrogação aos Deputados aqui presentes.

**O SR. MARCELO ZATURANSKY NOGUEIRA ITAGIBA** – Presidenta, primeiro, gostaria de dizer à senhora e aos demais componentes que para mim é uma honra poder estar aqui presente para prestar os esclarecimentos que forem necessários ao estabelecimento da verdade dos fatos que vieram ao meu conhecimento. Então, caso eu sinta a necessidade de mais tarde esclarecer algum outro ponto, estou à disposição da Comissão para responder a todas as perguntas que forem necessárias.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Elcione Barbalho) - Muito obrigada. Quero lhe dizer, Dr. Marcelo, que, para nós, é de suma importância. É por isso estamos aqui: para dar uma resposta à sociedade, e, fundamentalmente, no nosso interesse na forma como a sociedade está entendendo esses fatos recentes que ocorreram, pelo menos coincidentemente com a criação desta CPI, que foi solicitada no ano de 2000 e somente agora foi instalada, quando ocorreram esses fatos. E, logicamente,



tivemos de entrar imediatamente nesse circuito todo e estamos hoje aqui no Rio de Janeiro para verificar a verdade. Acima de tudo, por essa instituição temos o maior respeito, temos uma gratidão muito grande pela importância que teve quando nós estávamos na CPI do Narcotráfico. Quero dizer também que Meier ou Mayer, como possam ler melhor a palavra, ele trabalhou conosco, uma pessoa muito importante para nós; trabalhou junto com o Deputado Magno Malta — inclusive tem até fotografia dele lá no Acre —, trabalhou com a Deputada Laura Carneiro, enfim, fez parte do nosso... dessa equipe, dessa família que nós conseguimos formar, que foi a CPI do Narcotráfico. Então, é com muito pesar que a gente está aqui, sabendo que ele faleceu de uma forma também absurda, mas também queremos dizer da responsabilidade que temos em esclarecer o fato dessa pessoa que foi torturada e que entrou na dependência da Polícia Federal com vida e, posteriormente, veio a falecer de uma forma também absurda. Inclusive, não sei se o senhor tem, mas tivemos oportunidade, quando o Secretário Nacional de Direitos Humanos esteve na CPI, de ver o filme do levantamento que ele fez na hora em que foi exumado o cadáver, desde o momento em que tiraram o caixão do cemitério e o trasladaram para Brasília. E tivemos um laudo pavoroso, as imagens terríveis! Eu cheguei até a passar mal, e posteriormente até os Deputados pediram que parassem com aquela fita, porque não tínhamos condições psicológicas de verificar a forma brutal como aquele rapaz morrera. Então, isso nos fez vir aqui, nós tomamos essa decisão. E quero agradecer por sua participação; aliás, a todos aqueles que vieram somar, para que a gente desvende, para que a gente traga a clareza e a elucidação dos fatos que ocorreram com essa pessoa; agradecer, desde já, nesse momento que estamos aqui, às pessoas que, de forma direta e indireta, a própria Imprensa, colaboraram. Passo a palavra ao Deputado José Antonio Almeida, para dar início aos nossos trabalhos.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** - Marcelo, o senhor tomou conhecimento desses fatos quando... o fato da morte do policial Mayer? Fale ao microfone, por favor.

**O SR. MARCELO ZATURANSKY NOGUEIRA ITAGIBA** - O fato relativo à morte do policial Mayer chegou ao meu conhecimento quando eu me deslocava para a parada de 7 de setembro, por volta das 8h da manhã de sábado.



**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** - Aqui no Rio de Janeiro?

**O SR. MARCELO ZATURANSKY NOGUEIRA ITAGIBA** - Aqui no Rio de Janeiro.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** - O senhor ia participar da parada e tomou conhecimento?

**O SR. MARCELO ZATURANSKY NOGUEIRA ITAGIBA** - Exatamente.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** - E o senhor, então, qual providência tomou?

**O SR. MARCELO ZATURANSKY NOGUEIRA ITAGIBA** - Eu me dirigi imediatamente à Superintendência da Polícia Federal, aonde me reuni com o Delegado que ali chegava, Dr. Marcelo Durval, para assumir o plantão, que me disse que estava chegando ali para fazer a lavratura do auto de prisão em flagrante. Logo em seguida, chegou o Dr. Felipe, que vinha do hospital, e disse que o caso seria passado para a equipe que estava entrando, para que pudessem ser feitas as medidas legais relativas ao auto de prisão em flagrante das pessoas que teriam perpetrado as ações contra o agente Mayer. A minha preocupação também, de imediato, foi que fosse localizada a família do policial Mayer, para que ela fosse informada, e que fossem adotadas as medidas necessárias por parte da Superintendência Regional no que dizia respeito à liberação do corpo e o possível enterro que se daria mais tarde ou no dia seguinte, de acordo com a vontade da família. Fiquei ali por cerca... Devo ter chegado ali por volta de umas 8h20min e saí por volta de umas 8h30min.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – O senhor só ficou dez minutos?

**O SR. MARCELO ZATURANSKY NOGUEIRA ITAGIBA** – Aproximadamente dez minutos, de dez a quinze minutos.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – E, depois que aconteceu o fato de um dos conduzidos para a Polícia Federal ter sido encaminhado ao... através de uma ambulância do Corpo de Bombeiros, encaminhado ao Hospital Souza Aguiar, o senhor tomou conhecimento de quando essa informação chegou ao senhor? Por quem?



**O SR. MARCELO ZATURANSKY NOGUEIRA ITAGIBA** – Essa informação chegou ao meu conhecimento dentro da atividade laboral, ou seja, segunda-feira, que foi o primeiro dia útil após o final de semana, porque 7 de setembro foi um sábado, e 8 de setembro, um domingo. O Delegado Regional de Polícia me trouxe o livro de ocorrências do plantão e, no livro de ocorrências do plantão, havia um registro que, a grosso modo, dizia que teria havido a luta entre dois presos e que ambos teriam sido encaminhados ao hospital. Em função desse registro, eu solicitei se havia alguma outra informação referente a isso, e nenhuma outra informação referente a isso existia. Então, determinei ao Delegado Regional de Polícia, que é quem cuida da parte policial na administração de uma superintendência, que mandasse verificar, junto ao hospital, os fatos que teriam ocorrido. Posteriormente, o Delegado Policial... o Delegado Regional de Polícia me informou que uma das pessoas que havia sido socorrida havia morrido no hospital no domingo. Diante deste fato, determinei, imediatamente, a instauração de inquérito policial e de sindicância administrativa para apurar os fatos relativos à morte do cidadão.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – E esse inquérito, o senhor pode... o senhor tem informações sobre como anda, tem algum outro esclarecimento que possa dar à Comissão?

**O SR. MARCELO ZATURANSKY NOGUEIRA ITAGIBA** – Bom, nas atribuições do Superintendente Regional, estão aquelas de determinar a instauração de inquérito para apurar a prática de crime e as sindicâncias administrativas. Ambas foram encarregadas à Corregedoria, que fez a instauração através da Delegada da Polícia Fazendária e, posteriormente, designou um delegado para cuidar do inquérito.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – O senhor pode declinar quem. O senhor sabe...

**O SR. MARCELO ZATURANSKY NOGUEIRA ITAGIBA** – Dr. Lourenzo Pompilho da Hora.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – Lourenzo Pompilho da Hora.

**O SR. MARCELO ZATURANSKY NOGUEIRA ITAGIBA** – ...que foi designado pela Corregedoria local,...



**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – Pois não, prossiga.

**O SR. MARCELO ZATURANSKY NOGUEIRA ITAGIBA** – ... que tomou todas as medidas. Dentre elas, eu o orientei, a partir do momento que ele foi designado, que, de imediato, comunicasse ao Ministério Público Federal e à Ordem dos Advogados do Brasil, para que acompanhassem a todos os atos relativos àquele inquérito policial. Porque é inconcebível que alguém, submetido à tutela do Estado, venha a sofrer alguma ação que leve a ser atendido e, posteriormente, constatada a sua morte.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – Depois desse fato, o senhor tomou algum outro conhecimento sobre o assunto, o senhor chegou a ver, por exemplo, os laudos periciais, teve alguma outra informação?

**O SR. MARCELO ZATURANSKY NOGUEIRA ITAGIBA** – Não, eu tive algumas informações do andamento do inquérito, das tentativas que os policiais tiveram de fazer a oitiva dos presos, mas sempre havia algum tipo de entrave para que isso fosse feito, que era necessário poder ouvir, justamente, a versão dos outros dois presos. Reuni-me com o Ministério Público Federal, onde elencamos uma série de medidas que seriam adotadas; reuni-me com os representantes da Comissão de Direitos Humanos desta Assembléia — o Deputado que aqui se encontra — e mais alguns representantes de Organismos Não-Governamentais vinculados à questão dos direitos humanos, aonde fizemos uma ata desta reunião e aonde estabelecemos uma norma de conduta e de relacionamento para as apurações de forma transparente por parte da Polícia Federal.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – Esse documento o senhor tem?

**O SR. MARCELO ZATURANSKY NOGUEIRA ITAGIBA** – Tenho. Tenho esse documento, o Deputado também tem uma cópia desse documento. Eu trouxe, já está aqui presente...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – Pois não, eu gostaria que ficasse para o nosso trabalho de relatoria.

**O SR. MARCELO ZATURANSKY NOGUEIRA ITAGIBA** – Pois não.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – Agora, Dr. Marcelo...



**O SR. MARCELO ZATURANSKY NOGUEIRA ITAGIBA** – Gostaria até, se fosse... Importante acho frisar que, num trecho deste documento, diante dos fatos que foram colocados à Comissão naquele dia — e isso se deu no dia 19, se não me engano, vou aqui verificar a data corretamente —, dia 17 de setembro, onde o Deputado colocou várias preocupações corretas da parte dele, pediu uma série de medidas por parte da Polícia Federal, que foram prontamente, acredito eu, atendidas; vários questionamentos foram colocados, e, naquele momento, foi colocada uma questão, e todos que ali estavam concordaram que as medidas adotadas pela Superintendência foram satisfatórias, adequadas e com a devida transparência. Esse documento se encontra aqui, e eu gostaria de fazer a entrega à CPI junto com os demais documentos que aqui se encontram.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Elcione Barbalho) – Vai utilizar?

**O SR. MARCELO ZATURANSKY NOGUEIRA ITAGIBA** – Eu vou utilizar. Poderia entregar ao final?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – Pois não. Dr. Marcelo, o senhor certamente tem conhecimento, assim, da gravidade do estado em que essa pessoa, o Antonio Gonçalves de Abreu, saiu da Superintendência. O senhor, é claro, como Superintendente, não acompanha diretamente os fatos, mas um fato como esse, com a repercussão que teve, com as circunstâncias que o cercam, o senhor, certamente, tomou conhecimento da gravidade do fato de que ele foi encontrado já pelo médico socorrista do Corpo de Bombeiros em coma. Essa versão de que isso teria ocorrido a partir de uma briga entre os presos, a Polícia Federal chegou até a apresentá-la num documento que eu vi, oriundo da sua Assessoria de Comunicação Social. Essa é a versão da Polícia Federal?

**O SR. MARCELO ZATURANSKY NOGUEIRA ITAGIBA** – Não, eu acho que, se o senhor me permitir, eu gostaria até de dar uma olhada nesse documento, porque, se eu não me engano, esse documento da Assessoria de Comunicação Social não diz que esta é a versão da Superintendência Regional da Polícia Federal. Este documento diz que este é o registro que foi lavrado pelo Delegado de dia no dia da ocorrência. E, se nós entendêssemos que aquele registro fosse o bastante, não teríamos tido a necessidade de instaurar este inquérito da forma como foi instaurado e solicitar a total transparência dele, com a presença, solicitada pela





Superintendência da Polícia Federal, dos membros do Ministério Público Federal e da Ordem dos Advogados do Brasil, conforme ofício expedido pelo Delegado que presidia o inquérito.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – Delegado...

**O SR. MARCELO ZATURANSKY NOGUEIRA ITAGIBA** – Lourenzo Pompilho da Hora.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – E a informação que teria havido um delegado de fora para apurar o fato procede? Informação que vi na Imprensa de Santa Catarina.

**O SR. MARCELO ZATURANSKY NOGUEIRA ITAGIBA** – Posteriormente, o Dr. Lourenzo foi vítima de um assalto. Neste assalto, ele foi baleado e entrou em licença médica, e a Direção-Geral do Departamento de Polícia Federal, por uma manifestação do Ministério Público Federal, no sentido de dar toda transparência, designou uma autoridade de fora do Estado para continuar nas investigações que já vinham sendo feitas por delegados daqui.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – Parece que a Dra. Simone...

**O SR. MARCELO ZATURANSKY NOGUEIRA ITAGIBA** – Dra. Simone Azuaga...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – Ela não é lotada no Rio de Janeiro?

**O SR. MARCELO ZATURANSKY NOGUEIRA ITAGIBA** – Ela é lotada no Rio de Janeiro. A Dra. Simone é lotada no Rio de Janeiro.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – E quem é o de fora?

**O SR. MARCELO ZATURANSKY NOGUEIRA ITAGIBA** – O de fora é o Dr. Jung, que é de Santa Catarina. O Dr. Lourenzo foi baleado.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – Aí, a Dra. Simone assumiu?

**O SR. MARCELO ZATURANSKY NOGUEIRA ITAGIBA** – A Dra. Simone assumiu, porque tinham atos a ser praticados, e nós entendíamos que aquilo não deveria parar.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – Pois não, é como se fosse interinamente.





**O SR. MARCELO ZATURANSKY NOGUEIRA ITAGIBA** – Exatamente.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – E, aí, em seguida, veio...

**O SR. MARCELO ZATURANSKY NOGUEIRA ITAGIBA** – Em seguida, foi designado, pela Direção-Geral, por solicitação do Ministério Público Federal, em um ofício encaminhado ao Secretário Executivo do Ministério da Justiça, a designação de um delegado para continuar, tendo em vista que o Dr. Lourenzo iria ficar, por muito tempo, sob cuidados e não poderia estar à frente do inquérito.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – O fato de ter sido feita, inclusive, a exumação do cadáver, a pedido acho que do Ministério Público, da Secretaria de Direitos Humanos o senhor tem conhecimento também?

**O SR. MARCELO ZATURANSKY NOGUEIRA ITAGIBA** – Eu gostaria... Eu tenho conhecimento de que foi solicitado pelo Delegado Lourenzo Pompilho da Hora a exumação do corpo e a realização de nova perícia.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – Então, foi o delegado mesmo?

**O SR. MARCELO ZATURANSKY NOGUEIRA ITAGIBA** – Nos autos do inquérito policial, quem solicitou foi o Delegado de Polícia Federal Lourenzo Pompilho da Hora a exumação do corpo e realização de nova perícia, tendo inclusive comparecido onde foi lavrado o auto de exumação. E esse documento se encontra aqui também e estará sendo entregue às mãos da CPI.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – Mas ele foi realizado em Brasília por que razão?

**O SR. MARCELO ZATURANSKY NOGUEIRA ITAGIBA** – Acredito eu porque, toda vez que um delegado de polícia se manifesta nos autos, há que haver anuência, concordância por parte do Ministério Público Federal, e eu acredito, então, que o Ministério Público Federal deva ter...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – Solicitado?!

**O SR. MARCELO ZATURANSKY NOGUEIRA ITAGIBA** – ...solicitado. Não conheço detalhe, não sei se foi esse o motivo, mas estou fazendo uma análise, e o que eu posso lhe dizer com certeza é que existe um ofício do delegado solicitando a exumação do corpo para nova perícia.



**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** - Só mais uma pergunta, Dr. Marcelo. Segundo essa perícia, que foi a mais detalhada, mas também segundo as outras que foram feitas, embora a primeira sequer tenha aberto a cavidade torácica do morto, as lesões sofridas, muito graves, elas foram causadas por instrumentos contundentes e agindo em grande intensidade. Eu leio aqui: *“O cadáver apresenta lesões internas nas cavidades torácicas. Caso informativo, especificar dizendo o instrumento ou os meios que reproduziram, se lesões internas em regiões laterais e posterior ao tórax, inferior ao do abdômen, todas produzidas por instrumentos contundentes, agindo em grande intensidade”*. E também a pergunta anterior: *“Que tipo de instrumentos produziram? Foram instrumentos contundentes”*. Os presos na Polícia Federal dispõem na cela de acesso a algum instrumento contundente, alguma possibilidade de instrumento contundente?

**O SR. MARCELO ZATURANSKY NOGUEIRA ITAGIBA** – Que seja do meu conhecimento, não.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – Mas não poderia?

**O SR. MARCELO ZATURANSKY NOGUEIRA ITAGIBA** – Não poderia.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – Não poderia. Pelo próprio fato de estarem segregados...

**O SR. MARCELO ZATURANSKY NOGUEIRA ITAGIBA** – Sim.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – Eu estou satisfeito, Presidente.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Sra. Presidente, pela ordem. Posso, Presidente? Estou autorizado?

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Elcione Barbalho) – Sem dúvida.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Dr. Marcelo, quero cumprimentá-lo mais uma vez e dizer da importância desse diálogo do senhor com a gente. Quem sabe até por conta da nossa falta de vivência com os atos policiais e conhecimento técnico, nós temos vivido e nos debatido nesses dias e de ontem para cá muito mais, ouvindo os depoimentos sem poder, de fato, conseguir entender a nós mesmos, a fim de que possamos nos dar uma oportunidade segura para subsidiar e ajudar o nosso Relator a fazer um relatório que não seja mais uma CPI, até porque quem teve oportunidade de presidir uma CPI como eu presidi — segundo a ONU, a



maior do mundo depois da Operação Mãos Limpas — não gostaria de participar de uma outra que não chegou a lugar nenhum. Esse emaranhado de informações que temos tido, na sua grande maioria, e absoluta, contraditórias... E falando em contradição, Sra. Presidente, Srs. Deputados, eu quero aqui revelar a minha indignação, o meu descontentamento com a Justiça, que impediu que o Samuel e o Márcio estivessem aqui hoje à noite, para que pudéssemos proceder à acareação que nós havíamos deliberado no plenário, dentro da autoridade que é devida a uma CPI. Não colaborou em nada essa atitude. Até por conta, doutor, que somos daqueles, eu principalmente e o Deputado José Antonio, que o fato é um todo, desde o bate boca na rua até a situação do Antonio. E ontem nós tivemos oportunidade de avançar até a porta da Superintendência, e hoje a investigação da Superintendência para dentro. E não contribuiu o fato de a juíza não ter permitido hoje o Márcio e o Samuel aqui à noite para proceder a essa acareação que seria de grande valia para formarmos um júízo para esse relatório.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Elcione Barbalho) – Deputado, eu só queria dar um esclarecimento de que a primeira solicitação foi feita às duas e meia da tarde e posteriormente fizemos nova solicitação. Achamos, assim, de uma má vontade, uma falta de colaboração da juíza. Então, eu acho que nós estamos aqui, ela tem as obrigações dela, e nós não viemos aqui para brincar. Nós também estamos sendo sacrificados, são dois dias que nós estamos direto aqui, é um grande trabalho. Bastaria que ela tivesse um pouco de boa vontade. Assim como ela tem interesse no trabalho, que ela se saia bem, nós também temos muito interesse não só no nosso trabalho, mas de dar uma resposta para a sociedade e para vocês enquanto Polícia Federal também, porque são duas pessoas que estão envolvidas, estão sendo acusadas; essas contradições loucas que estão aparecendo a todo momento — cada um chega e conta de uma forma —, isso só tem complicado mais a situação. Então, na medida que a gente solicitou a presença do Samuel e do Márcio, era apenas para esclarecer e com certeza iria trazer bens também, coisas propícias, para que ela pudesse encaminhar a solução do problema do Márcio e do Samuel.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Até porque, se existem pessoas envolvidas nos dois eventos, o evento até a porta... da rua à porta da Federal, e da porta da Federal para dentro, e da porta da Federal para fora, são esses dois



rapazes, não é? Desde a morte do Mayer até a morte do terceiro, que foi o Antonio. Mas eu gostaria de fazer alguns raciocínios. Primeiro, eu queria perguntar ao senhor se é normal o Superintendente não ser avisado, mesmo que seja num final de semana, de um custodiado na Polícia Federal que tenha saído numa ambulância. Isso é um procedimento normal?

**O SR. MARCELO ZATURANSKY NOGUEIRA ITAGIBA** – Eu trouxe a instrução de serviço concernente à delegacia de dia, e esta tem obrigação de informar ao Delegado Regional de Polícia os dados importantes que tenham ocorrido na Superintendência. Ela está aqui, e eu farei a entrega também a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, e, pelo que me foi informado, ele não foi informado deste fato.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Não foi informado. Doutor, eu queria fazer alguns raciocínios juntamente com o senhor. E um deles é que, quando essas duas fotos foram estampadas no jornal, essa foto é a foto da integridade física do Antonio vinte e quatro horas antes desse evento aqui. E essa integridade física dele é essa mesma aqui. Veja que um cidadão forte, fisicamente disposto e que, desde a hora em que foi preso, naquela madrugada fatídica, após a morte do Mayer, e que ele foi pego na porta do hospital, e o vigilante segurou ele, foi levado, foi feito o flagrante naquela madrugada, e, quando se faz um flagrante, se registra; ele estava registrado — nome, idade e tudo — naquela madrugada. O Antonio, se fizermos uma conta rápida, a partir do encerramento da autuação dele e o tempo que ele ficou na Polícia Federal até esse fatídico momento, deve dar aí umas doze horas. É difícil a gente entender como que isso pôde ocorrer num período tão curto, e a nossa dificuldade é exatamente o que levou a esse atropelamento, porque nós ouvimos aqui diversos depoimentos, entre eles, o depoimento de dois delegados. O primeiro delegado disse que ele fez o flagrante normal quando tomou conhecimento, foi o Dr. Luiz Felipe, e que o seu plantão encerrava-se às sete, mas como quem faz o flagrante tem de encerrar às sete, ele entregou para o Marcelo Durval e continuou até um pouco mais depois das oito, porque tinha de trazer o Samuel que tinha ficado no hospital. E assim ele procedeu, e não tinha maiores informações para dar, senão a informação de que, quando recebeu o comunicado de que havia um policial federal agonizando numa determinada rua, ele foi, identificou o corpo, identificou o taxista,



bateu no hospital procurando e acabou encontrando. Pois bem. Ele vem, entrega o seu plantão, vai, traz o Samuel e vai embora. A partir daí, o Dr. Marcelo Durval. O Dr. Marcelo, aqui, de uma forma evasiva, de uma forma incoerente, cheio de devaneios, deixou algumas coisas colocadas, que depois elas por si só foram se sepultando. Perceba, ele disse que ouviu o Márcio numa cela na sua... ouviu o Márcio no cartório, quando alguém chamou a sua atenção, porque estava acontecendo uma briga lá dentro. Ele, então, vai e vê que a briga eram dois presos, o Márcio e...

**O SR. MARCELO ZATURANSKY NOGUEIRA ITAGIBA** – Samuel e Antonio.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** - O Samuel e o Antonio, desculpe. O depoimento do Samuel e do Márcio, eles dizem, até acusam, fazem acusação de terem sido torturados e tal, quebraram um cabo de vassoura nas costas de um lá... Esse negócio de cabo de vassoura, então, eu até ... e eles, então, dizem que nem se viram na Superintendência! O Márcio disse que ele ficou entre dois armários! Então, aqui é um armário e aqui é outro, nesse meio aqui onde está a televisão, ele ficou aqui, como estava com uma perna com uma tala, com a perna estendida, ele ouviu alguns gritos do primo, que também estava num ambiente que não podia vê-lo, e o primo também disse que não o viu, e uns gritos maiores do Antonio. Eles não se viram. Aí, o delegado diz que o Samuel e o Antonio estavam na mesma cela brigando e que, quando ele foi chamado, ele mandou ir lá e separar. A partir daqui, acontece o segundo evento: ele liga para o Corpo de Bombeiros e pede ao socorrista para vir. E aqui dá-se o depoimento do Sargento Renato da Silva Cordeiro, sargento enfermeiro que acompanhou o médico socorrista. Então, ele diz: *“Que o depoente é enfermeiro do Corpo de Bombeiro da Polícia Federal, estava na ambulância que conduziu Antonio Gonçalves de Abreu da Superintendência de Polícia Federal para o Hospital Souza Aguiar. Que o Corpo de Bombeiros foi acionado através de uma ligação telefônica da Polícia Federal, na qual se disse que um preso havia sido acometido de mal súbito.”* Aqui eu quero perguntar uma coisa ao senhor, o senhor é um homem experiente: ele, quando ligou, ele sabia que, se a versão de que foi o Samuel que matou o Antonio a socos, e ele disse que ele mandou separar, e os agentes que depuseram aqui, os quatro que ele deu o nome, inclusive o último acabou de sair, disseram que, quando viram a briga, dois disseram



que viram um em cima do outro, só não sabiam precisar quem, que foram avisar o delegado. Eles foram avisados, o delegado foi avisado que tinha uma briga na cela, de dois custodiados, e que um afundou o crânio do outro; que o cara entrou em coma profundo, que arrebentou com o tórax, com o abdome do cara, que moeu o cara. Se essa história é verdadeira... e quem fez isso tudo foi um cara que só estava com um braço, porque tomou um tiro em um, só tinha um, e fez esse estrago todinho. Estava montado no cara, arrebentou o cara, mas ele nem arranhou o joelho, nem nada, nem inchou a mão de tanto bater na cabeça do cara, não inchou nada. Se essa história é verdadeira, em seguida o delegado pega o telefone e liga para o bombeiro e diz: “Socorram, porque aqui um custodiado sofreu mal súbito”. Mal súbito é parada cardíaca, desmaio. O que o senhor acha disso? É a pergunta que eu faço, porque ele já sabia que o sujeito tinha sido mutilado, que estava em coma profundo na cela. Ele foi avisado, e se essa história é verdade, ele mentiu quando ligou para o bombeiro e falou em mal súbito. Não foi mal súbito, ele morreu na custódia da Polícia Federal porque brigou com outro preso, se é que foi o outro preso — prestem bem atenção. E pergunto ao senhor aqui, para que eu possa prosseguir em meu raciocínio: o que o senhor acha desse telefonema, com essa informação de que foi mal súbito, porque depois, quando eles vêm, a história prossegue, mas aqui eu queria parar só para perguntar ao senhor o que o senhor acha.

**O SR. MARCELO ZATURANSKY NOGUEIRA ITAGIBA** - Deputado, fica para mim um pouco difícil fazer um juízo de valor dessa questão, porque não conheço o teor de todos esses depoimentos. Por outro lado, se é mal súbito, mal súbito é, não é agressão; se é agressão, agressão foi. Então, essas coisas têm que ser estabelecidas, e eu acho que justamente esta CPI está aqui, e o inquérito está instaurado para que, através dos dados colhidos, a gente possa confrontar os dados e obter a verdade, tanto na sindicância quanto no inquérito policial e nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. Agora, se o fato é uma briga, tem que ser chamado em função de briga; se o fato é mal súbito, tem que ter chamado em função de mal súbito. Agora, o fato em si, como não sei, não posso fazer um juízo de valor neste exato momento, posso dizer assim: se é mal súbito, é mal súbito, se é agressão, é agressão.





**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** - Eu gostei da resposta do senhor, mas aconselho o senhor a ler essas peças todinhas aqui, porque o senhor, como na hierarquia está acima do delegado, é importante que o senhor tome conhecimento de toda essa linha de raciocínio, para que essa situação que chamou a atenção da Nação não traga, assim, máculas “inlimpáveis” para nossa gloriosa Polícia Militar. Não sei nem se tem essa palavra “inlimpável”. Tem? Não sei. Se não tiver, inventei agora.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** - É quase como “imexível”.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Ah, é! Então, pronto. Então, ele vai e diz. Ao chegar na Polícia Federal, o depoente foi, juntamente com o tenente Francisco Gabriel, levado até uma cela onde se encontrava o preso Antonio Gonçalves de Abreu em estado inconsciente; que, na mesma cela, encontrava-se outro preso com curativo na perna, trajando sunga. A versão do delegado e dos agentes é a de que quem sentou a porrada no Antonio foi o Samuel. O senhor é capaz de identificar quem é Samuel e quem é Márcio?

**O SR. MARCELO ZATURANSKY NOGUEIRA ITAGIBA** - Não, não sou capaz de dizer quem é quem.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** - Esse é o Samuel, é o homem que, segundo a versão, sem inchar uma mão e um dedo, sem ralar um joelho, matou o outro, sem reação nenhuma. O outro já estava morto. Porque esse sujeito é protagonista de uma história de dar inveja a Steven Spielberg. Agora, vou mostrar ao senhor quem é o Márcio. O Márcio que o médico encontrou na cela é esse aqui, sentado. Mas quero prosseguir aqui, depois vou voltar nele lá, só para o senhor ver aqui é o seguinte: *“O Antonio estava sofrendo espancamento e que essas lesões o depoente pode...”* Não, espera aí. *“Na mesma cela encontrava-se um preso tal, tal, que é o Márcio, que o depoente constatou pelas lesões no corpo de Antonio que esse havia sofrido espancamento, que entre essas lesões o depoente pôde distinguir marcas de botina na face de Antonio, que apresentava também afundamento na região frontal do crânio”* — afundamento na região frontal do crânio, homem nenhum faz isso com a mão. Aqui, depoimento do médico que daqui a pouco nós vamos acariciar com... Acariciar, oh, meu Jesus! Vai ficando tarde e a mente vai... Acarear com o delegado. Acho que não terá carícia nenhuma com o





delegado. Então, disse aqui que o depoente é médico do Corpo de Bombeiros e foi responsável pelo transporte de Antonio Gonçalves de Abreu da Superintendência da Polícia Federal para o Hospital Souza Aguiar. Que o Corpo de Bombeiros foi acionado — olha a verdade aqui — através de uma ligação telefônica do Delegado de Polícia Marcelo. Ele realmente ligou e disse: *"Venha, aqui teve um sujeito que teve mal súbito"*. Pelo contrário, o depoimento dele aqui, se a história é verdade, ele sabia que o cara já estava em coma porque apanhou do outro. Quer dizer, isso aqui já merece um outro aparte. *"Que quando a ambulância do Corpo de Bombeiros chegou à Superintendência da Polícia Federal, o depoente e o cabo Renato foram conduzidos até a cela em que se encontrava já desacordado Antonio Gonçalves de Abreu. Que na Polícia Federal não foi informado ao depoente o que teria ocasionado as lesões em Antonio. Que no interior da cela encontrava-se também um outro rapaz, trajando sunga amarela, com um ferimento à bala na perna"*. Esse rapaz é esse aqui. O Márcio e não o Samuel. Então, veja bem, quando ele chega e vai atender, se deslocou do Corpo de Bombeiros às 12h50, chegando lá às 12h50min, informa no seu depoimento aqui que não tinha ninguém que pudesse lhe informar nada. Eu pergunto ao senhor: é normal? Quando acontece alguma coisa dentro da carceragem e o delegado aciona o socorrista e não tem um agente nem o delegado para prestar as informações, pergunto ao senhor: como está hoje, apesar das dificuldades, a nossa Superintendência? Apesar das dificuldades da Polícia Federal, mas sei que lá tem um computador, eu sei que lá tem um banco de dados, um banco de informações e que mesmo se o Antonio não tivesse sido já identificado na madrugada, e ele foi quando se lavrou o auto de flagrante dele, e quando você faz o flagrante você pega nome, você pega tudo, você sabe idade, você sabe tudo. Não tinha ninguém que pudesse lhe dar o nome nem a idade. Aí ele faz e põe aqui: "ignorado". Isso para mim é deprimente, porque não é possível e concebível que aconteça alguma coisa no interior da Polícia Federal e num período de vinte e quatro horas a Polícia Federal não é capaz de saber o nome do sujeito que está lá. Aqui, depois, um agente, ele diz: não, porque a gente escolhe os procedimentos e normalmente esse procedimento de pegar o nome e fazer uma ficha é no final. Como é que você lavra um auto de flagrante e o sujeito é pego em flagrante numa madrugada e você não pegou o nome dele? Ora, é tentar brincar com a inteligência



dos outros. Pois bem, eu prossigo: qual a idade? Ninguém informa. Ele botou: mais ou menos 30 anos. Esse médico entrou, o Antonio estava de bruços. Alguns agentes disseram que ele estava assim e outro disse que ele estava assim. Que ele estava de bruços, ele procedeu ao exame e nesse período curto, porque às 13h20min ele já deixou a custódia, levando ele para o hospital, ele já detectou lesão cerebral, lesão de tórax e ferimentos suspeitos, fratura suspeita e que depois surgiram outras fraturas suspeitas. Eu pergunto ao senhor, de sua consciência, se alguém lhe diz. Olha, o senhor vê um preso, foi o único que não tomou tiro — esse não estava baleado — forte, ainda foi atrás de tentar socorrer os amigos lá no hospital e foi o erro dele, porque lá ele foi preso. Um cara com uma caixa dessas é morto por um baleado que matou ele com uma mão e fez toda essa violência de um trator por cima dele, e ele nem reagiu. O preso que o assassinou, na versão do delegado e dos agentes, não tem um arranhão dessa briga. E olhe que ele montou nele e ficou de joelhos em cima dele e nem arranhou os joelhos. O único ferimento é o da bala. Eu pergunto ao senhor: será que podemos expor a Polícia Federal para a sociedade com uma história dessas, ridícula, esdrúxula, mal-inventada? Eu imagino é que eles pensaram que isso não ia a lugar nenhum. Não estou acusando ninguém, mas se essa história é verdade, tem que fazer um filme. Esse negócio de Schwarzeneger, de Steven Seagal, tem que tirar esses caras da televisão, tem que botar esse menino, porque o cara que faz uma tratorada dessas num cara com esse físico, o cara baleado com um braço, e isso num período entre dez e doze minutos, que foi a hora que eles viram os gritos, os agentes viram e eles contaram aqui: pára, pára com isso aí, porque estava fechada a cela, correu para o delegado e o delegado mandou abrir e apartar, quando apartou, ele já estava em coma. Eu pergunto ao senhor: qual o raciocínio que tem mais sentido? É possível, porque na vida tudo é possível, mas, quando essa história lhe foi contada, qual foi a sua reação?

**O SR. MARCELO ZATURANSKY NOGUEIRA ITAGIBA** – Essa história foi contada através de um registro de ocorrência e tendo em vista o registro desta ocorrência com o qual a Superintendência de Polícia Federal não abraçou, determinou a instauração de inquérito policial para apurar o fato na sua integralidade, com total isenção e acompanhamento de órgãos externos para que fosse dada a devida transparência, solicitando a presença do Ministério Público



Federal e da Ordem dos Advogados do Brasil, através da Seccional Rio de Janeiro na pessoa do representante da sua Comissão de Direitos Humanos. Em função disso, a Polícia Federal tomou essas cautelas para averiguar os fatos e tentar obter, através das provas, tudo aquilo que fosse necessário para incriminar a quem tivesse que ser incriminado. Inclusive o Delegado que presidiu os autos solicitou a exumação do cadáver para que fosse feito o novo laudo cadavérico, porque aquele primeiro apresentado entendeu ele, ao que parece, não ter sido suficiente.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Eu fico orgulhoso da sua resposta. Acho que essa é a única maneira que nós temos para poder revelar a uma sociedade que está vivendo um espírito de expectativa com relação a esse fato, que envolve a Polícia Federal, Deputado Chico Alencar, de que nós temos uma Polícia Federal que, apesar de ser feita de seres humanos e pode acontecer, onde tem ser humano pode acontecer qualquer tipo de coisa, mas, que maior do que isso, tem prestado um serviço significativo a Brasília e a sua atitude, doutor, a mim me orgulha muito. Principalmente na sua expressão de que pague quem o crime cometeu. De que doa em quem doer, iremos até as últimas conseqüências. Porque veja bem, eu dizia aqui que se eu fosse o Relator desta CPI, o fato de olhar essas duas fotos, essa integridade física e essa desintegração com vinte e quatro horas depois, e depois de ter tomado posse desses dois laudos, desse laudo aqui, e em que vergonhosamente negaram uma informação. Era um ignorado no interior. Parece que o cara estava morto debaixo da ponte e não no interior da Polícia Federal. Debaixo de um viaduto onde não tem computador, não tem agente, não tem ninguém que trabalha e que recebe do Erário público. De posse disso aqui e de posse dessas duas fotografias e veja o senhor que só lá no hospital é que o médico conseguiu, o hospital é que deu o nome dele para o médico, Antonio Gonçalves de Abreu. E aqui o médico risca: “ignorado”. No hospital eles dão a idade certa dele, 36 anos. O médico risca mais ou menos aqui e pega o zero e faz virar um seis. Veja aqui. Com esses dois laudos e com uma foto dessa, eu, depois de ter ouvido os agentes e os delegados com essa história que eles contaram, que Monteiro Lobato teria dificuldade para escrever, eu já teria juízo, como Relator, para me posicionar. Mas entendo que algumas coisas motivaram. O trauma da violência ocorrida com o Maia, que era um companheiro nosso, servidor público, conheci no exercício do seu



trabalho na CPI do Narcotráfico, que foi exemplar e foi o meu segurança pessoal aqui no Rio de Janeiro. E fez minha segurança no Acre e quando eu escavei o cemitério clandestino de Hildebrando Pascoal, os primeiros cadáveres que tirei, ele estava do meu lado. E esse rapaz, o travesti que depôs aqui hoje, que imputaram a esse rapaz uma indecência naquela madrugada, ele fez um depoimento sincero aqui, desmentindo e dizendo que, na verdade, ele aparece quando eles estão sendo agredidos, ele estava sendo agredido, para poder protegê-los. E aí narra, de fato, o fato como ele aconteceu. Que ele tomou uma gravata do Samuel, em seguida, foi espancado pelo Antonio e pelo Márcio. Isso, para quem é companheiro, dói muito, ter um companheiro morto duramente no meio da rua e, duas horas depois, você pode colocar a mão em quem mutilou com a vida do seu companheiro. Eu entendo que existem três motivações em tudo isso, e três pilares em tudo isso. Uma delas, a vingança levou à tortura e culminou com a morte. Ninguém, ainda que o fato lá atrás tenha sido mais grave, não tenha sido nenhuma pessoa, mas cem pessoas, não justifica que alguém seja mutilado até a morte, porque um erro não justifica outro erro. A outra motivação seria abuso de poder. E acho que o que ocorreu com esses meninos que aí estão vivos e presos e que não sofreram o mesmo escárnio que esse, para mim, na minha visão foi só abuso de poder com esses dois outros. E, em terceiro lugar, a vontade de que o problema, a emoção, misturada com a pouca razão, no momento de dor, de sofrimento, conduziu a esse fato que envergonha a todos nós. Por isso, Delegado, é muito ruim para o País, ruim para todos nós, e acho que para o senhor muito pior do que para todos nós pela sua posição dentro da instituição, mas com a sua galhardia, sua postura, ainda que está cortando na carne, mas é desse tipo de gente que a gente precisa. É verdade que quando ferem a nós e mexem com o nosso sangue mexem conosco. Mas volto a afirmar, nada justifica, nada justifica. E tenho plena certeza que o aprofundamento do Ministério Público, com as proposições que esta CPI fará, certamente há de desmontar porque essa história não tem a mínima consistência, essa história não tem a mínima solidez e não convence ainda o mais despreparado dos homens. Eu fiz esse raciocínio até porque me detive a estudar as peças e, a partir dos depoimentos que ouvimos, nós, então, até nos sentimos ofendidos num determinado momento, porque entendemos que quem faz um raciocínio desse está tentando brincar com a sua inteligência e é,



no mínimo, esperar que a opinião pública também tenha essa inocência. Mas tomou a dimensão que tomou e tenho certeza que nós receberemos, se não sanções mais críticas internacionais, o nosso País, e por isso eu falo do País. Mas eu espero que esse fato nos ajude a propor políticas públicas para coibir a tortura, a violência, pelas mãos de agentes públicos que, na verdade, são chamados ao serviço público para servir e não para torturar, não para mutilar. Então, eu não tenho nenhuma pergunta a lhe fazer mais. Fiz essas três perguntas dentro do processo do meu raciocínio, mas para lhe dizer que a sua postura é correta. Eu quero dizer que estou encerrando. Nós ainda teremos uma acareação. Mas vou encerrar a minha participação esta noite aqui, levando comigo o seu comportamento. Algumas vezes pedi a minha Presidente para me deixar ir embora, para me dispensar. Eu falei: chega. Eu já tenho juízo sobre isso, me deixa. “Não, nós vamos até o final”. E eu estou grato porque fiquei. Porque a sua palavra e a sua postura, que não é fácil, não é fácil. Eu sei que não é fácil nessa hora. Mas lhe faz muito maior do que o senhor já era. E essa colaboração ao Ministério Público, aos Conselhos de Direitos Humanos, às Comissões de Direitos Humanos, às CPIs, certamente é a sua posição que vai nos dar o adubo para poder florescer um documento, para que se puna quem deva ser punido, para que inocente quem deva ser inocentado e para colocar um freio nessa violência toda que campeia no meio policial do nosso País. Obrigado, Sra. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Elcione Barbalho) – Obrigada, Deputado Magno Malta. Com a palavra o Deputado Almir Sá.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Dr. Marcelo Itagiba, eu gostaria de indagar ao senhor se quando esteve na Polícia Federal o senhor soube que lá estavam os três, o Antonio, o Samuel e o Márcio. Se o senhor soube se eles estavam lá e se, positivo, se o senhor porventura os viu ou falou com algum deles.

**O SR. MARCELO ZATURANSKY NOGUEIRA ITAGIBA** – Na hora em que cheguei à Superintendência, eu me encontrei com o Delegado Marcelo Durval que acabara de chegar. Ele então me narrou que estava ali chegando para assumir o plantão e a ocorrência. Logo em seguida, chegou o Dr. Felipe, ao que parece, trazendo um dos presos do hospital. Então, foi esse o contato que eu tive com os dois naquele pátio da Superintendência e não estive na cela vendo os presos.



**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** - Eu gostaria de saber do senhor também em que momento soube do incidente que vitimou Antonio. Quando que o delegado ou outros agentes ou seus subalternos o comunicaram do incidente?

**O SR. MARCELO ZATURANSKY NOGUEIRA ITAGIBA** - Eu não fui comunicado do fato do Antonio. Eu fui comunicado na segunda-feira, através do Delegado Regional de Polícia, que me trouxe o livro de ocorrência dos fatos ocorridos naquele final de semana, onde constava um registro, como disse hoje no começo, da briga entre dois presos e que ambos teriam sido socorridos ao hospital. E eu perguntei: e que mais? Porque está faltando alguma coisa nesse registro. Quer dizer, voltaram, não voltaram, foram remetidos para o presídio? O que aconteceu? Não sabemos. Não sabemos, então, determino que vá agora alguém ao hospital e verifique o que aconteceu.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** - Então, o senhor achou estranho que só na segunda-feira um fato grave como aquele, que vitimou o Antonio na sede da Polícia Federal, somente segunda-feira o senhor teve conhecimento? Achou estranho?

**O SR. MARCELO ZATURANSKY NOGUEIRA ITAGIBA** - Exatamente. Não só estranho, como também o fato de ter havido um registro relativo a uma briga e depois não tem um outro registro relativo da briga o que se sucedeu, o que aconteceu, foram socorridos e aí? Então, tem que ver o que aconteceu. E determinei então ao Delegado Regional de Polícia que mandasse verificar. E a resposta, então, que me veio foi de que um dos presos havia falecido no domingo e eu disse: inquérito policial imediatamente agora e sindicância administrativa.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** - Até porque, em qualquer hipótese, de autoria que fosse, o importante é a posição da elucidação dos fatos como o senhor tomou atitude correta naquela oportunidade. Eu só fiz a pergunta porque achei estranho realmente o vácuo de tempo. Um fato tão grave como esse o delegado de plantão não comunicar o seu superior. Esse é um registro importante para a CPI. Outro detalhe importante também, Dr. Marcelo Itagiba, é que de depoimentos aqui colhidos, inclusive se não me falha a memória, do próprio Delegado Durval, quando indagamos a ele se os presos estavam juntos, ele disse que não, que os presos foram mantidos em separado para preservar os depoimentos em separado. E eu perguntei até quando. Em que tempo? Ele disse que até em torno de uma hora,





meio dia e cinquenta, uma hora, esses presos estiveram em separado. E depois vieram os depoimentos de que, nesse período, Samuel teria vitimado Antonio. E eu saio daqui com uma dúvida, e talvez até a acareação seja possível tirar essa dúvida. Se eles mantiveram em separado, como Samuel poderia ter estado junto com a vítima naquele momento? Então, há um fato inexplicado. Eu estou falando isso, relatando isso, para que o senhor, como Superintendente, acompanhe e verifique isso, porque envolve toda uma situação de funcionários de plantão e que leva dúvidas como foi declarado aqui. Quero aproveitar a oportunidade de indagar ao senhor se na sede da Polícia Federal ocorreu outros casos como esse durante a sua gestão ou durante esse período. Se porventura tem algum inquérito também tramitando em situação idêntica a essa?

**O SR. MARCELO ZATURANSKY NOGUEIRA ITAGIBA** - Situação idêntica na minha gestão, que eu me recorde, não. De outras gestões eu não teria como precisar.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** - Perfeito. Quero também registrar ao senhor que a nossa preocupação é com a Polícia Federal. Nós temos acompanhado a falta de recursos da Polícia Federal. Imagina as dificuldades da sua gestão!?! Imagina as dificuldades do Brasil inteiro, porque acompanho as dificuldades financeiras da Polícia Federal tanto em apelos e reclamos como acompanhando o Orçamento da Nação. E, pelos depoimentos que ouvimos aqui hoje, me causou mais preocupação ainda, quando detectamos que o agente Maia saiu das dependências da Polícia Federal para se alimentar. Ele estava em serviço. Que a Polícia Federal não detém um restaurante ou não detém um apoio para aqueles que ficam de plantão. E eu perguntaria ao senhor: isso é verdade? Os agentes têm que recorrer a esse tipo de expediente, porque não tem apoio no exercício de suas funções? Gostaria de fazer essa pergunta.

**O SR. MARCELO ZATURANSKY NOGUEIRA ITAGIBA** - Vou colocar da seguinte forma. A Superintendência não dispõe, no horário da noite nem no horário da madrugada, de um serviço ou seja de restaurantes ou de lanches ou de sanduíches. E o que existe hoje lá inclusive está num processo de despejo, em função de ser um contrato antigo, falta de licitação. Então, de fato, as condições à noite são da inexistência de local para comer ou lanchar.





**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** - Isso não é motivo da CPI, mas é importante...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Elcione Barbalho) – Só uma pergunta aqui para complementar essa resposta. Porque o agente Rui falou também que, quando acabou o problema, que ele acabou de assistir o que aconteceu, ele saiu e foi para a Praça Mauá tomar água, fazendo críticas severas em cima: que nem a água é possível de se beber, de ser consumida. Quer dizer, não é só a questão da alimentação.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Ou seja, não tem um bebedouro na Polícia Federal, não tem o apoio, nem para tomar água potável.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Elcione Barbalho) – A água não tem condição de ser consumida, quer dizer, não é só a alimentação, a falta de um restaurante, mas também até a água.

**O SR. MARCELO ZATURANSKY NOGUEIRA ITAGIBA** - Bebedouro existe, bobinas de água existem, geladeira no plantão existe. Quer dizer, existem meios disso, mas obviamente estamos longe do que seria ideal. Inclusive no prédio em que estamos hoje a Superintendência, um prédio excepcional, que carece de uma reforma que possa, de forma correta e condigna, abrigar uma Superintendência da Polícia Federal tão importante como essa do Rio de Janeiro.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Bom, finalmente, Dr. Itagiba, quero manifestar aqui a nossa solidariedade, o nosso apoio à Polícia Federal, porque entendo da importância da Polícia Federal em todo o País. É uma Polícia de elite que nós temos. A única Polícia de elite propriamente dita. E se fala em ampliar a Polícia Federal, se fala em extinguir, criar outra Polícia, enfim, têm tantas discussões. Mas o fato é que nos preocupa que a Polícia Federal realmente tenha o apoio necessário para nos dar o apoio necessário, para nos dar a segurança, a segurança do cidadão. E aqui faço um apelo ao senhor como Superintendente que os agentes possam receber treinamentos constantes de todas as formas, inclusive tratamento psicológico, porque o que vi hoje aqui também nos depoimentos, alguma situação, falta de apoio psicológico da instituição para os seus agentes, que deixou bem claro aqui o sentimento durante os depoimentos.



**O SR. MARCELO ZATURANSKY NOGUEIRA ITAGIBA** - Gostaria só e apenas de.... Desculpa.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** - Então, fica aqui o registro de um Parlamentar que entende que é preciso que a Polícia Federal dê esse apoio aos seus agentes, para que dê maior segurança. Inclusive um dos agentes registra e apela ao sindicato para apoio à instituição, para ter a segurança até mesmo para retornar ao seu lar. Então, fica aqui esse registro ao senhor que é o responsável pela instituição. E finalmente a nossa preocupação em que os fatos sejam elucidados, já que deixa dúvida aqui. Não podemos culpar ainda, não temos um juízo de valor com referência à culpabilidade do que aconteceu na sede da Polícia Federal. Entretanto, em qualquer hipótese, seja ela de responsabilidade do Samuel ou seja ela de responsabilidade dos agentes, seja de quem quer que for, não poderia ter acontecido este incidente na sede da Polícia Federal. E aqui, Sr. Presidente, encerro fazendo aí a observação de que o senhor, com a experiência que tem, possa ter conduzido ao bom destino a responsabilidade que lhe cabe. Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Deputada Elcione Barbalho) – Para complementar essa colocação do Deputado, eu lhe perguntaria: o local, as dependências da Polícia Federal, ela está sendo desativada gradativamente ou apenas está faltando recurso para que ela possa funcionar a contento?

**O SR. MARCELO ZATURANSKY NOGUEIRA ITAGIBA** – O Departamento de Polícia Federal, de uma maneira geral, vem carecendo de recursos em seu orçamento e tem priorizado algumas áreas e tem, em função disso, não podido suprir outras áreas. A Superintendência da Polícia Federal, no Rio de Janeiro, é um prédio antigo, onde funcionou no passado a antiga Imprensa Nacional, e carece de reformas profundas e fundamentais, se encontra em local estratégico, um prédio que se apresenta, na sua formatação, em estrutura perfeita para abrigar a Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro, mas necessita urgentemente de recursos para que possam ser as reformas para melhor adequar os trabalhos da Polícia Federal no Rio de Janeiro.

**A SRA. PRESIDENTE** (Deputada Elcione Barbalho) – Eu quero lhe dizer, Dr. Itagiba, que eu me propus, diante de tudo aquilo que foi narrado aqui, solicitar ao Ministro providências imediatas dentro dessa colocação dessas necessidades. Eu



fico até pasma em saber quando na terça-feira nós vamos ter uma audiência pública na Comissão de Segurança, que foi fruto inclusive de uma proposição da CPI do Narcotráfico, nós vamos discutir lá segurança, o plano. Existe um plano a nível nacional, dito pelo próprio Ministro junto com o Coronel que é o Secretário Nacional de Segurança Pública, que vai propor esse projeto à Nação. Mas como? se não se tem condição sequer de executar? Não vai sair do papel, pelas deficiências, pela falta de condições, de infra-estrutura mínima necessária, que é a questão até da água, da alimentação, o mínimo necessário para que haja o bom andamento dos trabalhos. Eu sinceramente... é uma crítica construtiva que eu faço, até diante da imprensa, porque fizeram tanto alarde, no que diz respeito... se hoje se for fazer um levantamento, uma pesquisa a nível nacional, com certeza a segurança pública vai estar... A questão da segurança pública é primordial, é prioritária dentro do nosso País. A gente lamenta que o mínimo necessário, o básico, esteja faltando. Isso quem está sabendo aqui no Rio de Janeiro. Então, nós gostaríamos inclusive de ter um perfil a nível do País como um todo e se vê a verificação, porque eu sei que vocês têm um contingente muito pequeno. Essa imensidão aí, que é a questão do narcotráfico, que a gente teve conhecimento mais próximo... eu tenho uma fronteira ali. Eu moro na Região Amazônica e eu sei o que é aquilo ali. Aquilo ali é uma loucura, as Guianas, tudo quanto é local. Tem o Mato Grosso e por aí vai. Quer dizer, vocês com um mínimo necessário, lutando contra a questão do narcotráfico, que está uma coisa assim absurda neste País, eu parabenizo. Eu lhe parabenizo à frente dessa Secretaria aqui. Parabenizo a Polícia Federal, como um todo, que tem prestado um grande serviço à Nação. Lamentamos profundamente essa falta de apoio, e, direi mesmo, na próxima quarta-feira, possivelmente o Ministro estará conosco. E ele vai ouvir desta Comissão esses reclamos que são reais, palpáveis, realmente claros para nós. Sem isso, vocês não têm condições de trabalhar. Então, ninguém pode exigir, se a gente não dá. Se há esse alarde tamanho a nível de Governo Federal, a nível de Presidência da República, de Ministério e aqui na base não se tem condições de trabalho, não dá para entender essa questão. Meus parabéns, parabéns mesmo. Muito obrigada por sua iniciativa diante desse fato, pela sua postura, pela sua dignidade e, acima de tudo, audácia de enfrentamento, porque eu sei o quanto é difícil o senhor estar trabalhando em cima



dos seus próprios funcionários. Muito obrigada e eu lhe agradeço de coração. Que a gente tenha o senhor como exemplo em outras situações.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – Deputada Elcione, só queria...

**A SRA. PRESIDENTE** (Deputada Elcione Barbalho) – Passo a palavra ao Deputado Antonio.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – Eu só queria duas coisas que eu não coloquei na hora que fiz as perguntas, que me ocorreram, aguardei os demais falarem. Uma delas é com relação a situação dos envolvidos, aqueles que estavam no plantão, o Delegado Luiz Felipe e o Delegado Marcelo Durval. Qual é a situação deles? Porque houve uma notícia de que teriam sido afastados, pode confirmar isso?

**O SR. MARCELO ZATURANSKY NOGUEIRA ITAGIBA** – Deputado, eu gostaria de esclarecer esse ponto, inclusive em função das notícias que foram veiculadas na mídia no dia de hoje. Eu acho que são importantes. O jornal *O Dia* publicou, na sua edição de, acho que 18/09/2002, a declaração do Superintendente da Polícia Federal que vou ler aqui literal: *“De acordo com Marcelo Itagiba, os policiais foram transferidos para trabalhar em setores administrativos até a conclusão do inquérito sobre o espancamento de Antonio”*. Ou seja, os policiais que se encontravam de plantão da Superintendência, pertencentes àquelas duas equipes, eu determinei ao Delegado Regional de Polícia que os afastasse do plantão e os colocasse em atividades burocráticas da administração, porque entendo que esta era a melhor medida a ser feita naquele momento. O Dr. Felipe, ao que me parece, o Delegado Regional de Polícia hoje me informou, foi colocado para presidir inquéritos na Delegacia Previdenciária e o Delegado Marcelo Durval inquéritos previdenciários em Niterói. Gostaria de esclarecer uma questão técnica que eu acho por demais importante... *(Falha na gravação)* ...determinei ao Delegado Regional de Polícia que os afastasse do plantão e os colocasse em atividades burocráticas da administração, porque entendo que esta era a melhor medida a ser feita naquele momento. O Dr. Felipe, ao que me parece, o Delegado Regional de Polícia hoje me informou, foi colocado para presidir inquéritos na Delegacia Previdenciária e o Delegado Marcelo Durval inquéritos previdenciários em Niterói. Gostaria de



esclarecer uma questão técnica que eu acho que é por demais importante. Existem dois procedimentos em andamento dentro da Polícia Federal, um inquérito policial presidido por Delegado de Polícia Federal e uma sindicância administrativa presidida por um outro Delegado de Polícia Federal. Este inquérito policial, quando terminado, será encaminhado ao Ministério Público, que solicitará ou fará denúncia, tomará as medidas que achar pertinentes, com o encaminhamento desse procedimento...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – Se o senhor me permite, parece que até já foi encaminhado ao Ministério Público, já tem mais de trinta dias.

**O SR. MARCELO ZATURANSKY NOGUEIRA ITAGIBA** – Já foi e já voltou com prazo.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – Já foi e já voltou.

**O SR. MARCELO ZATURANSKY NOGUEIRA ITAGIBA** – Ficou muito tempo aguardando uma decisão lá, depois voltou, e agora já voltou. E ele vai, então, virar um processo criminal.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – Certo.

**O SR. MARCELO ZATURANSKY NOGUEIRA ITAGIBA** – Este procedimento, que se inicia por uma sindicância, virá, ao final, e também já deve estar em fase de conclusão, um procedimento administrativo, um processo administrativo disciplinar. Eu tomei o cuidado, inclusive, de solicitar ao Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal documento que farei entrega a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, em ofício datado de 19 de setembro, a solicitação de, quando da instauração do procedimento disciplinar administrativo, que fossem enviados para o Rido de Janeiro três Delegados de Polícia Federal para presidirem esse procedimento, porque é um procedimento aonde entra uma fase de contraditório. O Presidente desse procedimento é quem legalmente, por lei e pelas nossas normas internas e pelas nossas normas internas do Departamento de Polícia Federal que requer ao Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal o afastamento dos servidores indiciados em processo administrativo disciplinar. Então, as medidas ao alcance e sob o poder do Superintendente Regional foram adotadas prontamente. Aquelas que dependem dos outros, no momento oportuno, acredito eu, serão adotadas por aqueles que estiverem à frente da investigação. Muito obrigado pela sua pergunta porque me permitiu esclarecer um ponto que me parece



não ter sido, não aqui, mas talvez por algum órgão da imprensa não muito bem compreendido.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – Outra, eu tenho ainda mais alguma indagação, uma questão que causou uma certa polêmica. É sobre a competência. Na realidade, a competência, do ponto de vista jurídico, é um termo mais ligado à jurisdição, mas se usa normalmente na Polícia Federal para apurar a morte do agente Mayer, tanto que o processo respectivo contra os acusados corre na Vara Estadual, que foi inclusive a Juíza Estadual, da 4ª Vara Criminal do Rio de Janeiro, quem não liberou esses acusados para virem aqui para o nosso... Não lhe ocorreu, não lhe pareceu prudente, tendo em vista que a Polícia Federal tinha sofrido já, dois ou três dias antes, a morte de um outro agente, Ronaldo Arruelo, se eu não me engano,...

**O SR. MARCELO ZATURANSKY NOGUEIRA ITAGIBA** – Arguelo.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** - Arguelo. E mais a morte desse agente Mayer. No momento que o senhor tomou conhecimento dela e soube inclusive que os acusados dessa morte se encontravam na Superintendência, não lhe ocorreu que seria prudente, tendo em vista esse clima, passar isso para, quem me parece, em princípio, seria o competente mesmo, que seria a Polícia Civil, em virtude que não há uma vinculação direta do fato com bem servir os interesses da União, que é a competência da Justiça Federal, que a Polícia Federal é Polícia Judiciária?

**O SR. MARCELO ZATURANSKY NOGUEIRA ITAGIBA** – Acho muito importante a pergunta de V.Exa., porque também vai me permitir esclarecer alguns fatos que são importantes chegar ao conhecimento desta Comissão Parlamentar de Inquérito. O fato relativo à competência para apreciar o fato da morte do Delegado Mayer na Justiça é uma questão controversa, porque o agente Mayer, Agente da Polícia Federal Mayer, estava no exercício do seu plantão de vinte e quatro horas e não na sua folga de setenta e duas. Foi fazer um lanche, uma refeição, ao que parece até agora, pelo que foi apurado. Ao que parece, pelos fatos narrados, ao voltar do lanche, se deparou, segundo os depoimentos que constam aí — acho que foram prestados inclusive hoje —, com uma briga ou com uma agressão ou com um fato. Qualquer cidadão do povo pode intervir numa briga. O policial tem o dever legal





de fazê-lo sob pena de prevaricação. Então, o agente Mayer deveria, a sua morte, entendo eu, deveria ser apreciada pela Justiça Federal. Assim não entendeu o Ministério Público Federal que fez uma promoção ao Juiz, uma manifestação ao Juiz Federal, pedindo que o mesmo se desse por incompetente. E este declinou da competência, enviando os autos à Justiça Estadual. Num caso paralelo, ocorrido durante a ECO-92, dois agentes de Polícia Federal, provenientes de outro Estado, aqui estiveram para fazer a segurança dos estrangeiros, estrangeiros que aqui estiveram presentes à ECO 92. Estavam num forte próximo à Favela da Maré. Foram sair para fazer um lanche e foram brutalmente assassinados por traficantes. Foram presos e encaminhados esses autos à Justiça Federal. O Juiz Federal, à época, se deu por incompetente, justamente por ter abraçado esta mesma tese. O Ministério Público Federal, naquela ocasião, recorreu da decisão do Judiciário, e o Superior Tribunal de "Injustiça" firmou a competência, firmou a atribuição da Justiça Federal para julgar aquele caso. Logo, por analogia, em paralelo, entendo eu particularmente que este caso também deve ser julgado na Justiça Federal. Manifestei-me ao Diretor-Geral da Polícia Federal sobre esta hipótese aventando inclusive este caso ocorrido no passado. O Sr. Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal encaminhou um ofício ao Dr. Barleta, Vice-Procurador-Geral da União, ou Procurador-Geral da União, melhor, Procurador-Geral da União, solicitando que a Advocacia Geral da União se manifeste nos autos do Tribunal junto ao Estado, para que o Juiz também suscite o conflito negativo de incompetência para que, então, o Superior Tribunal de Justiça defina de quem é a competência para julgar. Se se mantiver o entendimento daquela Corte, possivelmente esses autos deverão ser remetidos à Justiça Federal para julgamento.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – Então, por isso, entendeu que realmente tinha que ser lavrado o flagrante na Polícia Federal.

**O SR. MARCELO ZATURANSKY NOGUEIRA ITAGIBA** – Nesse mérito eu nem cheguei a entrar nele. Entendia eu que estavam lá presentes duas equipes de plantão, dois Delegados de Polícia, e que a situação estava dentro daquilo que deveria ser feito.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** - Não, é, porque essa questão é controversa.





**O SR. MARCELO ZATURANSKY NOGUEIRA ITAGIBA** – Essa questão é importante, porque nós temos que pensar o seguinte: a morte do policial federal em serviço ela tem uma repercussão na sua família. A morte do policial federal não em serviço tem uma outra repercussão no que diz respeito à sua família. E o agente Mayer, se não me engano, deixou uma filha menor desamparada.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** - A questão é exatamente, a minha colocação é a seguinte: é que se não havia receio de alguma consequência como a que ocorreu. O clima realmente era um clima — nem todos aceitaram esse termo, mas alguns, um ou outro acabou aceitando —, uma certa revolta que havia. Eles estavam, vamos dizer, chorando um morto, o Ronaldo, e o outro chegou. E com relação a esse outro, esse segundo, os responsáveis estavam ali na Superintendência. E um deles depois aparece morto nessas circunstâncias que nós verificamos. A minha colocação é essa: que esse clima, se não seria realmente prudente um cuidado. Entendi perfeitamente a sua colocação nesse particular. Faço apenas essa ressalva que, o que o Deputado Magno Malta disse, pode ter sido aí uma represália, uma vingança. Mas não podemos jamais aceitar. Eu também queria fazer coro que o senhor tomou as providências adequadas. Esperar que o caso não fique impune, porque na história nossa, na história brasileira, a tortura não é infelizmente um acontecimento raro. Não é só. Fala-se muito dos porões da ditadura militar, fala-se muito dos momentos mais negros desse regime nessa ditadura, mas infelizmente isso acontece no dia-a-dia, no cotidiano, em delegacias, em outros eventos. E é isso que nós precisamos, de alguma maneira, contribuir para extirpar essa prática. Eu acho que a gente só consegue agir contra o crime com punição. Não é aumento de pena, não é pena de morte, ou outra, que vai solucionar o problema; é a certeza da punição. Então, a certeza da impunidade, que é o que existe hoje, jamais vai coibir a tortura. Então, não tenha dúvida de que este caso pode realmente contribuir decisivamente, na medida em que sejam punidos os responsáveis, e eu acho que há elementos na Polícia Federal pra isso. Há inclusive alguns dos envolvidos que têm alguns antecedentes nesse particular, tem processos instaurados na Corregedoria, e eu acho que é hora da Polícia Federal agir internamente, sem prejuízo da atuação da justiça e desta CPI, para que a gente possa dar o exemplo para que outros se sintam desestimulados em ocasiões como



essa. Eu queria, portanto, também fazer coro ao que disseram meus colegas com relação à sua condução do processo e esperar que ela chegue até o final com uma solução que seja satisfatória para a sociedade brasileira e para os direitos humanos.

**A SRA. PRESIDENTE** (Deputada Elcione Barbalho) – Obrigada, Deputado. *(Pausa.)* Gostaria de falar alguma coisa? Pode dizer.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Não, Presidenta. Eu também me dou por satisfeito, esperando que se chegue a um bom término na solução desse fato que lamentavelmente manchou a imagem da Polícia Federal, num momento tão importante que a Polícia Federal passa, precisando de apoio; onde a sociedade, num momento de violência, no Rio de Janeiro, espera da Polícia Federal maior segurança. Então, fica aqui a minha manifestação de esperança no sentido de que fatos lamentáveis como esse não retornem, não venham a acontecer novamente. Obrigada, Sr. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Deputada Elcione Barbalho) – Obrigada, Deputado Almir. Alguma coisa mais a acrescentar, Deputado Magno Malta? *(Pausa.)* Dr. Itagiba, os nossos agradecimentos. Muito obrigada pela sua colaboração. Nós vamos ficar muito mais agradecidos diante desse documento que o senhor vai nos passar, porque isso vai, com certeza, subsidiar nosso relatório. Muito obrigada.

**O SR. MARCELO ZATURANSKY NOGUEIRA ITAGIBA** – Eu é que agradeço a V.Exas. a palavra de apoio às medidas adotadas pela Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro. Estejam certos de que faremos o impossível para chegar a bom termo nesta investigação. Muito obrigado. A palavra de V.Exas. serve de incentivo à continuidade da minha carreira de policial federal, que eu tanto prezo, instituição a que eu tanto amo. Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Deputada Elcione Barbalho) – Obrigada. Vamos dar uma parada. Está suspensa a sessão. *(A reunião é suspensa.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Deputada Elcione Barbalho) – Está reaberta a sessão. Gostaria que fossem trazidos até essas dependências Dr. Marcelo Durval Soares; o Primeiro-Tenente Francisco Gonçalves Gabriel; Walter Rui Santana, agente, e Luiz Felipe Egger Magalhães, delegado. *(Pausa.)* Vamos começar a acareação. Eu quero lembrar ao Dr. Marcelo, ao Dr. Francisco, ao Walter e ao Luis Felipe que ainda estão sob juramento e que tudo o que foi colocado aqui, dos riscos



em se furtar em responder, em mentir, ou calar, de acordo com seus interesses, fica sob as normas do Código Civil, desculpe-me, Código Penal. Então, vamos dar início. Passaria a palavra...

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Pela ordem, Sra. Presidenta.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Elcione Barbalho) – Pois não.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Nós dividimos. *(Pausa.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Elcione Barbalho) – Ok. Primeiramente, o Deputado José Antonio Almeida.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – Queria esclarecer, inicialmente, que convocamos a acareação, com requerimento feito pelo Deputado Lino Rossi – que deliberamos ainda ontem –, em virtude da possibilidade de contradição entre depoimentos, o que tecnicamente justifica a acareação. E eu queria... Estamos fazendo, para acelerar o tempo, porque o nosso tempo aqui esgota hoje e temos compromissos já amanhã; alguns até já viajaram. Estarmos fazendo acareação com os quatro não significa que os quatro divergiram entre si sobre todas as coisas. Há uma divergência pontual, num ponto ou noutro, daí a necessidade de fazermos essa acareação para apurarmos a verdade em relação a essas divergências. Eu vou começar falando das divergências entre o depoimento do Dr. Luis Felipe e do Dr. Marcelo, com relação à estada dos acusados na mesma cela. O Dr. Luis Felipe não tomou conhecimento, pelo que disse no seu depoimento, de que os acusados tinham estado na mesma cela. O Dr. Marcelo disse que haveria acusados na mesma cela, e mencionou Samuel e Antonio, por volta das 13h..., até as 13h, mais ou menos. Houve certa dúvida sobre isso, porque o Corpo de Bombeiros foi chamado às 18h50min, o senhor até retificou, deve ter sido um pouco antes. Falou que, por iniciativa do agente Rui, sem que o senhor tivesse determinado, eles foram colocados na mesma cela. Então, eu queria saber, inicialmente, do Dr. Luis Felipe: o senhor confirma que não tomou conhecimento de que foram colocados juntos o Samuel e o Antonio? Ou não? Pode falar.

**O SR. LUIS FELIPE EGGER DE CERQUEIRA** – Eu repito o que eu disse. Eu não tomei conhecimento pelo fato de eu não ter ido na cela em momento algum. Então, eu não posso dizer se eles estavam na mesma cela, não estavam na mesma cela. Em nenhum momento, eu fui à cela provisória lá da delegacia. Então, não



tomei conhecimento. Eu não posso dar juízo de valor porque eu nunca fui lá naquela cela. Então, se eles estavam na mesma cela ou não, eu não posso ter juízo de valor aí.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** - O senhor não pode afirmar, porque questões...

**O SR. LUIS FELIPE EGGER DE CERQUEIRA** – Não posso afirmar.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** - Porque isso é um dado objetivo, não é?

**O SR. LUIS FELIPE EGGER DE CERQUEIRA** – Não posso afirmar.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** - Juízo de valor seria algo subjetivo.

**O SR. LUIS FELIPE EGGER DE CERQUEIRA** – Certo, certo. Não posso afirmar porque eu nunca estive lá na carceragem.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** - Certo.

**O SR. LUIS FELIPE EGGER DE CERQUEIRA** – Não sei se deu pra...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** - Portanto, o senhor acha que não se contradiz isso com a declaração do Dr. Marcelo que eles estavam na mesma cela?

**O SR. LUIS FELIPE EGGER DE CERQUEIRA** – Acredito que sim, Excelência. Eu não posso falar se estavam ou não.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** - Sim. Portanto, o senhor acha que não há contradição alguma entre o que o senhor disse e o que o Dr...? Apenas o senhor não sabia?

**O SR. LUIS FELIPE EGGER DE CERQUEIRA** – Exatamente.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** - É isso?

**O SR. LUIS FELIPE EGGER DE CERQUEIRA** – Isso.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** - Bom, então, sobre essa questão, fica esclarecido que o senhor declarou que não estavam na mesma cela porque não sabia. O senhor não declarou... Não sabia se estavam na mesma cela.

**O SR. LUIS FELIPE EGGER DE CERQUEIRA** – É porque eu não fui nunca na cela. Viu?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** - Nunca foi na cela.



**O SR. LUIS FELIPE EGGER DE CERQUEIRA** – Eu soube que o Dr. Marcelo determinou que o preso Samuel fosse para a cela. Eu soube, mas eu não vi se o preso foi para a cela. Isso... Não sei se eu fui mal interpretado. Eu não vi, eu não fui na cela, eu não posso dizer. Entendeu, Excelência?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** - Eu não sei se mais ou menos entendi sobre esse ponto. São pontos... A gente tem que ser pontual aqui.

**O SR. LUIS FELIPE EGGER DE CERQUEIRA** – Claro.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – Cada, cada...

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – O flagrante foi durante o ato. O flagrante, o senhor acompanhou? O flagrante.

**O SR. LUIS FELIPE EGGER DE CERQUEIRA** – Como eu disse, eu acompanhei o depoimento do Samuel até o momento em que ele confessou que matou o...

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** - Aí, o senhor determinou...

**O SR. LUIS FELIPE EGGER DE CERQUEIRA** – Aí, eu sai no final do depoimento.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Sim. O senhor determinou ou não que fosse para celas em separado?

**O SR. LUIS FELIPE EGGER DE CERQUEIRA** – Não, eu não era o delegado de plantão nesta data.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Ah, sei.

**O SR. LUIS FELIPE EGGER DE CERQUEIRA** – Quem determinou, no caso, foi o delegado Marcelo Durval. O meu plantão foi no dia anterior, Excelência.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** - Então, eu quero perguntar ao Dr. Marcelo Durval a mesma pergunta. Se ele determinou, em separado, conforme seu depoimento... Se confirma ou não? De acordo com seu depoimento, se eu não me falha a memória, o senhor vai me corrigir, se eu estiver enganado, que os custodiados estavam em celas separadas até a uma da tarde. Gostaria que o senhor confirmasse, ou negasse, ou desse algum esclarecimento sobre isso.

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – Pontualmente, os custodiados só foram levados às celas, juntos, por volta de uma hora, pouco antes da uma hora. Até o momento do depoimento do Márcio... Quer dizer, ao final do depoimento do



Antonio, ele foi..., foi determinado por mim que ele fosse levado à cela. Não necessariamente para a mesma cela, mas também não dei nenhuma determinação para que não fosse, que fossem mantidos separados nas celas. Até o advento do término do depoimento de Antonio, só estava ele; estavam todos separados. Estavam todos separados.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** - Só para colocar bem: foi ouvido o Samuel?

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – Foi ouvido o Samuel.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – Depois, foi ouvido o Antonio.

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** - Foi determinado que ele fosse levado à cela.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** - Sei. Quando foi ouvido o Samuel, o Antonio não estava junto com o Samuel; estava numa cela.

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** - Isso, estava na cela.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** - Já o Márcio estava noutro compartimento que não era a cela.

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** - Isso. Correto.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** - Depois, foi ouvido o Antonio. Esse, o seu depoimento.

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** - Sim.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** - Cerca de uma hora da tarde, que você falou.

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** - Terminou antes de uma hora porque justamente às doze e cinquenta e alguns minutos foi solicitado o Corpo de Bombeiros, portanto, ele já teria sido levado à cela.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** - Certo. Mas, não fazia muito tempo que teria sido levado à cela.

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** - Não.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** - Não fazia.

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** - Não fazia muito tempo. Não tenho como precisar.



**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** - Neste ponto, Dr. Luis Felipe, quando ainda, dentro do exercício do seu plantão, na madrugada, os presos ainda eram seus. E o Antonio e o Márcio vieram para a carceragem ainda na madrugada. Isso?

**O SR. LUIS FELIPE EGGER DE CERQUEIRA** – É, eles vieram do hospital para a Polícia Federal.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** - Certo.

**O SR. LUIS FELIPE EGGER DE CERQUEIRA** - Eles ficaram..., eles têm um..., a viatura não chega...

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** - Sim, sim, calma!

**O SR. LUIS FELIPE EGGER DE CERQUEIRA** - Tem um tempo, né?

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** - Mas o senhor fique tranqüilo, fique tranqüilo. Nós somos todos de paz.

**O SR. LUIS FELIPE EGGER DE CERQUEIRA** - Assim de imediato chegar e...

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Mas, fique tranqüilo. Não é bem assim. Estou perguntando assim. Na madrugada, quando o senhor soube e tal, a gente já sabe que o senhor foi lá, o policial estava caído, tinham identificado o motorista de táxi, acabaram chegando no hospital e encontrou. E o Antonio foi pego pelo vigilante na porta do hospital. Isso ainda era madrugada. Estava amanhecendo o dia, né?

**O SR. LUIS FELIPE EGGER DE CERQUEIRA** - Isso.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – E, aí, então, o Antonio e um deles... Foi o Márcio ou o Samuel que foi levado para a carceragem e um ficou no hospital? Quem ficou no hospital?

**O SR. LUIS FELIPE EGGER DE CERQUEIRA** - Quem ficou no hospital foi o que estava com tiro na altura...

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** - No ombro.

**O SR. LUIS FELIPE EGGER DE CERQUEIRA** - ... no ombro.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** - Foi o Samuel.

**O SR. LUIS FELIPE EGGER DE CERQUEIRA** - Foi o Samuel.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Então, foram o Márcio e o Antonio para a carceragem. Correto?





**O SR. LUIS FELIPE EGGER DE CERQUEIRA** - Não, eu não me recordo se eles foram para a carceragem. Quando eles chegaram, ficamos aguardando alguns minutos ainda a chegada do Delegado Marcelo. Não é assim: ir direto para a carceragem.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** - Sim, então, quando vocês pegaram eles no hospital, vocês ficaram, então, vigiando eles no hospital, ainda?

**O SR. LUIS FELIPE EGGER DE CERQUEIRA** - Certo. Não eu propriamente.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** - Certo.

**O SR. LUIS FELIPE EGGER DE CERQUEIRA** - Mas, no hospital tinham alguns policiais que estavam tomando...

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** - Não, é simples, é simples. Que hora que o Antonio e o Márcio chegaram à Polícia Federal, porque o Samuel ficou no hospital?

**O SR. LUIS FELIPE EGGER DE CERQUEIRA** - Excelência, esse tempo, o horário, eu não posso precisar.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** - Sim, não precisa precisar não. Mas ainda era dentro do seu plantão. Certo? Certo. Porque, depois, o senhor passou sete horas dando seu depoimento.

**O SR. LUIS FELIPE EGGER DE CERQUEIRA** - Foi, acredito que sim.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** - Eu só estou repetindo o seu depoimento. Às sete horas o senhor passou para ele.

**O SR. LUIS FELIPE EGGER DE CERQUEIRA** - Isso.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** - Como o senhor foi quem fez o flagrante, o senhor precisava fechar. Então, o senhor voltou para o hospital para poder trazer o Samuel.

**O SR. LUIS FELIPE EGGER DE CERQUEIRA** - Exatamente.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** - Então, o que estou perguntando é o seguinte: seu depoimento está aqui.

**O SR. LUIS FELIPE EGGER DE CERQUEIRA** - Certo.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** - Então, não tem nenhum problema. Eu só quero saber o seguinte: quando o senhor passou para o Dr....

**O SR. LUIS FELIPE EGGER DE CERQUEIRA** - Marcelo Durval.



**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** - ... Dr. Marcelo o plantão, porque o seu se encerrava às sete e o dele começava às sete, correto? Quando o senhor passou o plantão para ele, eu só queria saber se o senhor tem noção da disposição que eles ficaram dentro da carceragem, onde estava o Antonio e onde estava o Márcio, porque o outro estava no hospital.

**O SR. LUIS FELIPE EGGER DE CERQUEIRA** - O Antonio, na carceragem, e o Márcio ficou...

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Entre os dois armários?

**O SR. LUIS FELIPE EGGER DE CERQUEIRA** – Não sei se armário.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – É isso?

**O SR. LUIS FELIPE EGGER DE CERQUEIRA** – Tinha um corredor, tem um corredor antes da cela, não sei se entre dois armários, mas é tudo questão de minuto, porque, por exemplo, estava passando o caso para o Dr. Marcelo, como foi a prisão, tudo...

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Certo, mas não quero complicar, não. Eu só quero saber o seguinte...

**O SR. LUIS FELIPE EGGER DE CERQUEIRA** – Ficou um certo tempo, não posso precisar minutos, alguma coisa assim.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – O Antonio ficou na carceragem, mas não ficou trancado, é isso? Na jaula. O Antonio ficou trancado lá dentro?

**O SR. LUIS FELIPE EGGER DE CERQUEIRA** – Como o senhor disse, não fui na carceragem, agora, em todos os meus seis anos de Polícia, nunca no meu plantão deixei um preso com a carceragem aberta.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Está certo. Então, vamos dar uma paradinha aí.

**O SR. LUIS FELIPE EGGER DE CERQUEIRA** - Nunca, nunca soube desse fato.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Está certo. Quando o senhor recebeu às sete horas da manhã, que ele lhe passou, o Antonio estava trancado?

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – O Antonio estava no interior da carceragem e o Márcio estava na ante-sala da sala de lavraturas dos flagrantes.



**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Mas o Antonio não estava trancado ainda, né?

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – Estava trancado.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Já estava trancado. Então, o Márcio, tá. Então, bate com o depoimento do Márcio em que diz que eles não se viram. Então, quando o senhor chegou com o Samuel, o senhor já tinha passado o plantão e, então, o senhor entregou o Samuel para ele.

**O SR. LUIS FELIPE EGGER DE CERQUEIRA** - Exatamente.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – E foi embora.

**O SR. LUIS FELIPE EGGER DE CERQUEIRA** – Não posso ir embora porque eu era o condutor.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Certo. Mas depois... É isso que estou falando mesmo.

**O SR. LUIS FELIPE EGGER DE CERQUEIRA** – Certo.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Quer dizer, o senhor era o condutor...

**O SR. LUIS FELIPE EGGER DE CERQUEIRA** – Eu entreguei o Samuel para o Dr. Marcelo, é o preso Samuel.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Encerrou seu procedimento...

**O SR. LUIS FELIPE EGGER DE CERQUEIRA** – Sim.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Aí, o senhor diz, então, que acompanhou o depoimento.

**O SR. LUIS FELIPE EGGER DE CERQUEIRA** – A lavratura das testemunhas que...

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Então, o depoimento foi tomado por eles e o senhor presenciou o depoimento do Samuel?

**O SR. LUIS FELIPE EGGER DE CERQUEIRA** – Presenciei das testemunhas e do Samuel até o momento em que o Samuel diz que tinha matado o falecido policial...

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – O Maia?

**O SR. LUIS FELIPE EGGER DE CERQUEIRA** - ... insuflado, instigado pelo Antonio. Até esse momento estava sempre presente na lavratura de flagrantes.



**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – O primeiro depoimento é seu na...

**O SR. LUIS FELIPE EGGER DE CERQUEIRA** – Como condutor.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** - É isso.

**O SR. LUIS FELIPE EGGER DE CERQUEIRA** – Mas quem tomava o depoimento era o Dr. Marcelo Durval.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Certo. É isso exatamente o que queria saber. Pode prosseguir.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – Bom, agora uma questão que é importante, e é mais uma divergência do depoimento do agente Rui e do Dr. Marcelo. É com relação ao que o Dr. Marcelo disse, que não determinou que levasse os dois juntos. Determinou que levasse um e, depois, o outro. O agente Rui também disse que não houve essa determinação, mas ele também não supôs que pudesse haver determinação contrária, então, colocou na mesma cela. A questão é com referência ao acontecido supostamente na cela. No seu depoimento, o senhor diz que o senhor ouviu um ruído, que vinha naquele momento, e pediu ao agente Rui que fosse verificar. No depoimento dele, ele informa que houve um outro policial que veio avisar do fato, não foi bem ouvir um ruído, mas teve um outro policial que avisou que estava havendo uma briga. Eu queria que isso ficasse bem esclarecido.

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – Não, não foi bem assim. Eu falei que houve o ruído, o Dr. Marcelo ouviu o ruído, pediu que eu fosse — para terminar logo isso — até lá ver o que estava acontecendo e, concomitantemente ao termo, esse agente também já estava vindo para avisar. Entendeu? Então, houve as duas coisas ao mesmo tempo.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – Está certo.

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – Porque o trabalho é dinâmico, como já frisei várias vezes. O trabalho é dinâmico. Não é um retrato, não é como isso aqui, que dá para dizer que aquele está ali, aquele está ali, o outro está ali, o outro está acolá. Entende? É um trabalho dinâmico.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – É preciso ter calma sem...

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – Não, Excelência, não estou nervoso. A gente tem uma hora que exaspera, que...



**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – Pois é, mas não pode exasperar. Se exasperar, tem outra solução.

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – Sim, lógico, lógico, tem outra solução. Mas a solução estou dando agora. Aqui, temos uma CPI para esclarecer dúvidas.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – Certo.

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – Então, estou esclarecendo as dúvidas, concomitantemente, o agente...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – Isso aqui não é nada mais do que tentar esclarecer tudo.

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – Porque, veja bem, Excelência, quero convencer essa nobre Comissão Parlamentar de Inquérito de que o trabalho policial não é um trabalho burocrático, não é um trabalho em que se fica parado. É um trabalho dinâmico. As pessoas se movimentam, com velocidade. Num filme policial, para dizer se o bandido estava com a mão esquerda ou com a direita, segurando a arma, é uma coisa complicada, principalmente quando...

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Sra. Presidenta, pela ordem. Eu queria pedir ao agente Rui que respondesse ao que o Deputado está lhe perguntando — só isso, objetivamente.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – Plenamente. Não há, portanto, divergência. Veja bem, vamos ser claros: não há, portanto, divergência. Ao mesmo tempo, o delegado enfatizou o fato de que ele tinha ouvido o ruído e o senhor enfatizou o fato de que o agente veio trazendo a informação. Agora, o senhor está esclarecendo que as duas coisas aconteceram ao mesmo tempo.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Eu ainda tenho...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – Pois é, por esse lado, com essa sua colocação de agora, essa parte estaria acionando a divergência. Quer dizer, ao mesmo tempo em que haveria a pessoa que veio avisar, também o delegado ouviu. Mas passo a palavra ao Deputado Almir.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Vou retornar, só por um lapso que me passou despercebido. O Delegado Durval salientou que determinou que os custodiados ficassem separados, até para preservar os depoimentos, e disse que



isso aconteceu por volta 1h, 12h50min, confere? Perfeito! Lembra-se qual foi o último depoente?

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – Márcio.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – O Márcio? Então, eu pergunto: quando o Márcio saiu da sala de depoimento, quem o conduziu e para onde? Quem conduziu o Márcio naquele horário de 12h50, 1 hora?

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – O Márcio foi conduzido bem depois, porque, nesse horário, entre 12h50, 1 hora, foi a situação ocorrida na carceragem, onde lá estavam justamente o Samuel e o Antônio.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Está certo.

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – Durante esse tempo, eu estava tomando depoimento do Márcio.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Do Márcio.

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – Isso.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Então, o depoimento do Márcio foi até esse momento. Ali se encerrou ou adentrou mais algum tempo?

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – Interrompi justamente para prestar o imediato socorro às vítimas que lá estavam no interior da cela.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Posso continuar ou você quer entrar nesse detalhe? Então, com a palavra o Deputado Malta.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Doutor, que tipo de socorro o senhor prestou?

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – Eu não posso prestar socorro nenhum porque eu não sou médico. Mas o socorro...

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Espera aí, espera aí, seja educado comigo que eu estou sendo educado com o senhor. Eu sei que o senhor não é médico. Se o senhor fosse médico, o senhor não estava aqui como delegado.

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – É só para explanar, do mesmo jeito que eu não sou perito.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Por favor, quem disse que parou o depoimento para prestar socorro foi o senhor. Eu só peguei a sua palavra “socorro”.

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – Ah, sim, sim. Desculpe.





**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – O senhor não acabou de dizer isso?

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – Correto.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Então? “Parei o depoimento para prestar socorro.” E eu disse: que tipo de socorro o senhor prestou?

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – Socorro na medida em que, constatando que, no interior da carceragem, uma pessoa estava deitada ao chão, parecendo ensangüentada — parecendo não, ensangüentada —, e o outro também ensangüentado, prestei socorro na medida em que peguei o telefone ou determinei que fosse pego o telefone e fosse acionado o Corpo de Bombeiros.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Certo. A ligação chegou no Corpo de Bombeiros e ...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – Só um detalhe, Deputado Malta. O senhor mesmo ligou para o Corpo de Bombeiros?

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – Não necessariamente. Pode ter sido...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – Eu não quero saber se necessariamente, eu quero saber o seguinte: se foi o senhor ou não foi o senhor. É diferente, quer dizer, eu posso fazer uma ligação, posso pedir para minha secretária fazer uma ligação. Não necessariamente eu preciso fazer a ligação. Agora, a pergunta aqui não é uma coisa que vai acontecer, é uma coisa que já aconteceu. O senhor ligou para o Corpo de Bombeiros ou não foi o senhor?

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – Se fui eu que liguei ou não, não me lembro, mas falei com a pessoa do Corpo de Bombeiros, solicitando auxílio.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – Está esclarecido.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Foi o senhor que ligou. E está aqui, o senhor...

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – Não necessariamente.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Não está falando a ligação, está falando o fato de falar. E quem falou foi o senhor. Tenha calma, ninguém está querendo brigar, nós só estamos querendo esclarecer.

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – Nosso desejo maior é esse.



**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Então, por isso que, no seu depoimento, o sargento enfermeiro, digo, o doutor médico diz que o depoente é médico do Corpo de Bombeiros e foi responsável pelo transporte de Antônio Gonçalves de Abreu da Superintendência da Polícia Federal para o Hospital Souza Aguiar, que o Corpo de Bombeiros foi acionado através de uma ligação telefônica do Delegado de Polícia, Marcelo, que é o senhor, e realmente alguém pode ter discado, mas quem falou foi o senhor. Está tudo bem. E a informação que vocês receberam no Corpo de Bombeiros, no telefonema do doutor, é que eles tinham lá um custodiado que estava pedindo socorro por conta de quê? Qual era a situação?

**O SR. FRANCISCO GONÇALVES GABRIEL** – Ele me passou que seria um custodiado. O que foi passado para mim é que tinha um mal súbito no interior da Polícia Federal. Não sei se o soldado sabia que era um custodiado ou não. Eu não tive essa informação.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Certo. Ótimo. O que é mal súbito?

**O SR. FRANCISCO GONÇALVES GABRIEL** – Mal súbito, geralmente, é uma perda dos sentidos, infarto, derrame, sem nenhuma ação externa.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Certo. Doutor, os depoimentos dos agentes e o seu próprio depoimento dão conta de, antes do seu telefonema, esse ruído que o senhor ouviu e que esse agente veio avisar quando esse ia lá tomar providência e ver. Inclusive, eles disseram que pediu para eles pararem, gritou e disse: “Por que não abriu?” E ele veio comunicar ao senhor que o Samuel estava molestando o Antônio, em cima dele, esmurrando-o, o que o levou ao coma profundo. Ele estava debruço, ensangüentado. Pois bem, o senhor delegado tinha conhecimento de que ele entrou em coma por ter sido esmurrado e espancado. O senhor ligou para os bombeiros e podia ter dito isso. O senhor disse um mal súbito, quando o senhor tinha conhecimento de que foi espancamento. Se a história de que foi, de fato, o Samuel que o espancou, se ela é verdadeira, o senhor já sabia, porque o senhor foi informado por eles de que um preso estava espancando o outro, que ficou ensangüentado. Quando ele perdeu os sentidos, o senhor, nesse momento, agiu certo, ligou e pediu ao Corpo de Bombeiros, só que deu a informação errada. Falou mal súbito. Aqui, o senhor é um delegado, um homem formado em direito e sabe que mal súbito é isso que disse o doutor, um infarto, um derrame. Mal súbito



não é coma por pancada. Agora, pergunto-lhe: por que o senhor não disse: estou chamando o Corpo de Bombeiros porque um preso foi agredido aqui, entrou em coma pelas pancadas que recebeu no tórax, no abdômen, na cabeça, e ele está desacordado. O senhor sabia que não era mal súbito. Então, eu lhe pergunto o porquê dessa informação não ter sido correta?

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – Essa indagação pode ser feita ao cabo, ao médico...

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Não, primeiro, o senhor responde a mim.

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – Sim, mas essa indagação é inerente à questão. Existe gravação dessa mensagem?

**O SR. FRANCISCO GONÇALVES GABRIEL** – Não sei precisar, mas provavelmente, sim.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Mas o senhor me responda.

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – Eu não tenho noção para afirmar se falei mal súbito ou não, porque a situação imediata era a necessidade de um auxílio, de um socorro médico iminente. Se falei mal súbito ou não, o calor do fato ansiava por um socorro imediato, acho que não traz muito esclarecimento porque o imediato aconteceu, que foi o socorro.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Traz muito, traz muito esclarecimento.

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – Agora, não estou falando que falei mal súbito, posso até ter falado. Agora, não me lembro.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Mas o senhor sabia que não era mal súbito?

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – Mas não foi mal súbito.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Elcione Barbalho) – Deputado Magno Malta.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Deixa eu continuar, para não perder a linha de raciocínio.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Elcione Barbalho) – Eu queria saber se alguns dos depoentes está armado, tem alguma arma?

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – Não.



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Elcione Barbalho) – Obrigada, apenas uma informação.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Só ele está com uma BS de 66 tiros aqui. Doutor, o senhor então se desloca acompanhado do cabo?

**O SR. FRANCISCO GONÇALVES GABRIEL** – Do cabo e do condutor da viatura.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Tudo bem. Quando o senhor chegou no interior da Polícia Federal, que é a Polícia Federal do Brasil, por quem o senhor foi recebido? Qual o agente?

**O SR. FRANCISCO GONÇALVES GABRIEL** – Ninguém se identificou para mim em nenhum momento.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – O Dr. Marcelo ligou, que é autoridade em chefe — e estava acontecendo um caso grave no interior da carceragem. O senhor esteve com ele?

**O SR. FRANCISCO GONÇALVES GABRIEL** – Estou conhecendo o Dr. Marcelo hoje.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Correto. Então o senhor se conduziu à carceragem? Foi lá dentro?

**O SR. FRANCISCO GONÇALVES GABRIEL** – Exatamente. Eu perguntei o que estava havendo. Ninguém disse, mas me conduziram direto à primeira cela.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – O senhor me espera um pouquinho aqui, porque eu quero fazer uma pergunta ao Dr. Marcelo. A responsabilidade de um Delegado de Polícia Federal é grande. Havia acontecido um crime na madrugada e agora os mutiladores do agente Maia estavam sob sua custódia. Se a versão é verdadeira, eles se morderam e um já estava quase morto no interior da cela. Eu lhe pergunto: como comandante-em-chefe no momento, por que o tenente médico, que foi chamado para uma situação tão grave, está lhe conhecendo agora? E por que o senhor não se aproximou para passar a ele as informações ou para pelo menos saber, como médico, da situação do Antônio?

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – Voltando à questão, o que se mencionava era um socorro imediato. Eu ainda tinha um preso sob a minha responsabilidade, no interior da sala do cartório, prestando depoimento. Voltei ao



cartório, no aguardo, e deixei o pessoal tomando conta do preso. Voltei à minha sala para tentar continuar o depoimento. Só trazendo um quadro fático do dia do evento, lá estavam diversas outras pessoas, muitas pessoas que para lá acorreram, por conta inclusive da morte do APF, na sexta-feira. E acreditando que esse APF seria velado no interior da Superintendência, volto a afirmar o que já falei hoje, na parte da manhã, encontrei a Superintendência numa situação de tumulto. Muita gente lá estava. E mais um, naquele momento, iria tumultuar ainda mais a questão. Mas, de qualquer jeito, o que tem que ser frisado é que o interesse maior era de prestar socorro à vítima e se ela foi socorrida — e infelizmente morreu —, foi por ingerência minha. Isso é que tem de ser frisado.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Certo. Doutor, quando o senhor entrou na cela, como estava a cela, o seu interior, o seu assoalho?

**O SR. FRANCISCO GONÇALVES GABRIEL**– A cela estava com a porta aberta, o assoalho forrado com papelão muito úmido e havia sangue ao redor do corpo. O Antônio estava deitado de bruços, e o outro custodiado, sentado no canto da cela.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – O senhor pode descrever o custodiado?

**O SR. FRANCISCO GONÇALVES GABRIEL** – O segundo?

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – É.

**O SR. FRANCISCO GONÇALVES GABRIEL** – Pela minha lembrança, ele estava trajando uma sunga amarela e uma bandagem, se não me engano, no membro inferior esquerdo.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Certo. Sunga amarela. Isso?

**O SR. FRANCISCO GONÇALVES GABRIEL** – Isso.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** - E uma bandagem. É esse aqui?

**O SR. FRANCISCO GONÇALVES GABRIEL** – É esse.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Pois esse é o Márcio. É esse? Sunga amarela e uma bandagem na perna?

**O SR. FRANCISCO GONÇALVES GABRIEL** – É esse.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Pois bem. Os depoimentos dos agentes, inclusive o seu, dão conta de que quem estava na carceragem era o



Samuel, não era o Márcio, porque o Samuel havia agredido e colocado o Antônio em estado de coma profundo, enquanto o senhor viu o Márcio. O Doutor entra e atesta que lá estava o Márcio. O que o Márcio lhe falou?

**O SR. FRANCISCO GONÇALVES GABRIEL**– Durante o atendimento ao Antônio, ele chegou a perguntar se eu iria levá-lo ao hospital também. Eu disse que não. E como ele estava falando, eu vi que ele estava bem e não me preocupei com ele.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Doutor, queremos contar agora com a sua colaboração e a calma, porque o depoimento dá conta, e no seu depoimento não o fiz... Eu já tinha lido para o Rui esse depoimento do médico com relação a identificação, ainda não fiz pergunta. Eu gostaria então que o senhor explicasse esse fato, porque aqui teve um outro agente que disse o seguinte: estava um tumulto tão grande, que quando a porta estava aberta, é possível terem matado o Márcio e tirado o Samuel. O doutor faz a identificação e reconhece até a cor da sunga e a bandagem no membro inferior esquerdo. E aqui nós temos outro problema. Se de fato, o Antônio foi morto na carceragem por um dos seus amigos, dificilmente um frangote desse, com a perna com resquícios de bala, faria aquela tratorada que fez num sujeito com um corpanzil sarado desse, que o agente Rui disse que era um gordo, desleixado e barrigudo, mas ele esqueceu que o cara é sarado. Sarado. Pois bem, gostaria que o senhor fizesse só um comentário da presença do Márcio, ao invés do Samuel, no momento em que o doutor chegou. Se era realmente o Márcio, onde é que estava o Samuel?

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – Só retornando também, estou resgatando o quadro fático que encontrei quando para lá fui, depois que fui informado a cerca da briga. Cheguei lá, como já informado estava o Antonio caído ao chão e o Samuel lá dentro. Agora, não me lembro dessa questão de, por ocasião do tumulto, o Márcio ter sido levado lá para observar alguma coisa, mas com certeza, quando observei o primeiro quadro fático, volto a afirmar, estava lá o senhor Samuel e o senhor Antônio. Por ocasião da chegada do Corpo de Bombeiros, realmente ele pode ter tido...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – Um aparte...

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Só um minutinho.





**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – ...não lhe era peculiar.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Doutor, o senhor estava tomando o depoimento, o senhor disse que parou. E foi. Se o Márcio estava lá, como diz o doutor, que não o conhecia, e até porque aqui tem o depoimento dele e o depoimento do sargento enfermeiro, que faz as mesmas repetições...

**O SR. FRANCISCO GONÇALVES GABRIEL** – Muito embora... Dá licença?

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Não, não! Só quando eu perguntar ao senhor. Diz: *“O superintendente da Polícia Federal foi conduzido até a cela e informou que o Antonio desacordado e na Polícia Federal foi informado o depoente que teria ocasionado as lesões no Antonio e que no interior da cela encontrava-se também um rapaz trajando sunga.”* Aqui o sargento enfermeiro diz: *“...no que disse que um preso havia sido acometido de mal súbito. Que ao chegar à Polícia Federal, o depoente, juntamente com o primeiro-tenente Francisco Gabriel, levado até uma cela onde se encontrava outro preso com curativo na perna”* — era o Márcio — *“trajando sunga lilás...”* — escute, um curativo na perna, essas coisas nós queremos saber — *“que o depoente constatou, pelas lesões no corpo de Antônio...”* — porque uma coisa é o cara enxergar um curativo aqui, outra coisa é uma bandagem no membro inferior esquerdo — *“que este havia sofrido espancamento, que entre as lesões o depoente pode distinguir marcas de botina na face de Antonio, que apresentava também afundamento da região frontal do crânio”*. Doutor, eu vou lhe fazer uma pergunta, o senhor só responde se quiser responder. Na sua experiência médica, é possível um indivíduo... Se quem o senhor encontrou no interior da cela foi o Márcio, não foi o Samuel, eu quero fazer a colocação com o Márcio e que vale também para o Samuel. O Márcio estava baleado com um ferimento na perna, um frangote. O senhor percebeu a massa muscular do Antônio.

**O SR. FRANCISCO GONÇALVES GABRIEL** – Perfeitamente.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Era possível, esse menino, montar no Antônio e fazer o afundamento do crânio, arrebrantar o seu tórax, arrebrantar o seu abdômen e lhe colocar em estado de coma e sair disso sem um arranhão, sem a capacidade de reação do Antônio que tinha uma massa muscular e não tinha sido baleado, foi o único que não foi atingido. Só me responda se quiser. É possível?





**O SR. FRANCISCO GONÇALVES GABRIEL** – Creio que não; mesmo assim, levaria uma meia hora para um fato desses acontecer.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Pois eu quero fazer essa precisão do tempo que o senhor chegou até a carceragem, até lá dentro. Agora me responda. O Samuel, estava baleado no braço esquerdo, tomou um tiro aqui; que o tiro não tenha alojado e não tenha cortado seus nervos, querendo ou não ele sangrou. É possível, um sujeito que tomou um tiro fazer uma montada num indivíduo com a massa muscular do Antônio e sair dessa briga sem nenhum arranhão. E quando ele fez a montada, os joelhos devem ter encostado no chão, mas nem o joelho ele arranhou. E o afundamento que ele fez de crânio com a mão é tão forte que nem inchou a mão. Se deu ponta-pé, os pés não incharam. Eu pergunto ao senhor: Nesse espaço de tempo que o próprio delegado disse, entre meio-dia e meio até a hora que foi chamado, em uma hora, gastando o tempo em que o senhor chegou, porque o senhor saiu às 12h50min do seu quartel, chegou à carceragem 13h, mas às 13h25min o senhor já tinha essas conclusões: lesão cerebral.

**O SR. FRANCISCO GONÇALVES GABRIEL** – Perfeitamente.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Então veja que assim começou o depoimento do Márcio, se era o Márcio que estava dando o depoimento, e não estava na sala — esqueça Van Damme, Arnold Schwarzenegger, esqueça invenção de filme —, esse troglodita com um braço passou um trator por cima do Antônio num espaço de 10 minutos. Então, o senhor descreve aqui: lesão cerebral, lesão de tórax e suspeita de fratura. Dr. Marcelo, eu pergunto ao senhor: é possível esses dois quadros que coloquei — e coloquei para o doutor —, nesse período curto de tempo, um sujeito baleado, mutilado, fazer lesões para colocar um indivíduo que tem uma massa muscular maior que a sua, em estado de coma, num período entre 10 e 15 minutos, com um braço ou, no outro caso, só com a perna, caso seja qualquer um dos dois? De sua consciência, isso é possível?

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – Preliminarmente, o Samuel, de acordo com a primeira informação dada pelo hospital, como também já afirmei, não sofreu nenhuma avaria, digamos assim, osso ou órgão vital. O tiro, pelo que me consta, entrou na alça da axila e saiu atrás. Ele mantinha, como eu já afirmei, preservado todos os seus movimentos. E vale também lembrar que este cidadão,



Samuel, foi aquele que se disse lutador de *jiu-jítsu*, conseguiu subjugar o policial federal com um mata-leão e, posteriormente a isso, após conseguir apagar o policial, os outros dois espancaram cruelmente o policial e, posteriormente, pegaram a arma e deram diversos tiros. Também, só para salientar — eu gostaria até que, depois que fosse esclarecido, já que é uma acareação — um dos tenentes do bombeiro fala que um deles tinha uma sunga lilás ou grená. Acho que existe uma diferença...

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Não, não. Fala da lista da sunga.

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – Não, não.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Mas fala da calha no membro inferior esquerdo. Não fala de um curativo no ombro direito.

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – Tudo bem, mas de qualquer jeito é uma divergência a ser sanada.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Nós estamos aqui para isso.

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – Então, há divergência, porque um fala sobre... De grená para amarelo, eu acho que há uma diferença razoável. Se não me engano, se não me falhe a memória, quem tinha a sunga grená era o Sr. Samuel.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – A identificação é de rosto e do membro esquerdo que estava enrolado até em cima; mas nós vamos entrar nessa questão aí.

**O SR. MARCELO DAVEL SOARES** – Mas acredito perfeitamente possível.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – O senhor acha possível?

**O SR. MARCELO DUVEL SOARES** – Acho, pelo Samuel

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Deixa eu só te explicar.

**O SR. MARCELO DUVEL SOARES** – Perfeitamente possível pelo Samuel. Ele conseguir subjugar, até porque ele tinha ciência de que o cidadão tinha deficiência visual e tinha outras circunstâncias... (*ininteligível*) ...muito embora esse laudo proveniente da exumação, creio eu, seja tendencioso porque segue única e exclusivamente uma única dinâmica advento. Dinâmica essa formulada pelo Ministério Público Federal.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Eu quero que o senhor me responda só o que eu lhe perguntei, porque os comentários já se divagam.



**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – Tudo bem, mas essa peça, essa peça é crucial que está sendo...

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Mas a peça crucial é essa. Deixa eu informar para o senhor então. O Samuel deu um mata-leão e o policial foi agredido de frente pelo troglodita Antônio, que tinha massa muscular e pelo frangote Márcio. Enquanto ele deu o mata-leão, os dois bateram, os dois agrediram, os dois socaram. Encheram a cara dele de soco. Não foi só o Samuel. Então, o que eu pergunto é que no intervalo de 10 para 12 ou 15 minutos, um indivíduo só, ele não estava morto. Esse rapaz não teve capacidade nem de passar a unha no Samuel, unhá-lo para ficar uma marca, para dizer que foi uma briga de dois, porque ali foi uma briga só de um. Uma briga de um, onde ele sobe no indivíduo, que tem uma massa maior do que a sua, e, num período de 15 minutos, lhe põe ensangüentado, estourado e em estado de conta.

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – Excelência, permite-me?

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Só minutinho. Porque CPI é assim. Entendeu? É regra.

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – Vou perder o raciocínio.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Mas vou lhe perguntar. Calma, calma. Você tem que aguardar, porque regra de CPI é assim. Quando o senhor entrou na carceragem, o senhor diz que ninguém lhe informou o nome do custodiado. Correto?

**O SR. FRANCISCO GONÇALVES GABRIEL** – Correto.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – E aí o senhor colocou aqui...

**O SR. FRANCISCO GONÇALVES GABRIEL** – Ignorado, mais ou menos 30 anos.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Quando o agente Mingozi depôs aqui, ele disse que isso é um procedimento de praxe e normalmente o nome da pessoa só se pega no final. Agora, veja, como não lhe foi dado o nome se o flagrante do Antônio foi de madrugada?

**O SR. JOSÉ ANTÔNIO ALMEIDA** – Pelo que consta, ele já teria sido ouvido. Segundo consta, ele foi ouvido.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Já tinha o nome de Antônio?



**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – Naturalmente, ele não foi ouvido em coma.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Exatamente. Já tinha o nome dele nos computadores. Já se sabia o nome, idade, até porque, se isso for negado, aí realmente precisamos rever a nossa Polícia Federal, porque o desaparecimento é muito grande. Se ela não tem um banco de dados, se ela não é capaz de informar quando alguém está na sua carceragem, a idade dele, o seu endereço e o seu nome.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Então, perceba, ninguém deu a ele. Ninguém foi escalado para dar a ele o nome. E quando foi perguntado a idade, aqui está: “mais ou menos 30 anos”. Doutor, o senhor acha que isso é uma falha?

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – Não, diante do quadro de urgência da necessidade de atendimento, isso seria justamente um elemento porque poderia ter sido informado posteriormente. Como o tenente médico propriamente resolveu levar o Antônio ao Hospital Souza Aguiar, não houve tempo hábil para... Eu não sei nem a que horas foi preenchido isso aí. Se de repente foram fornecidos esses dados, ele só preencheu isso aí depois, porque, eu acho que ele, primeiro, presta o atendimento, e depois ele vai preencher esses dados. Creio que ele não preenche os dados, para depois prestar o atendimento. Eu acho que é o óbvio.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Doutor...

**O SR. FRANCISCO GONÇALVES GABRIEL** – Quando o paciente chega ao hospital, eu já tenho que ter pelo menos a identificação, o mecanismo do trauma e os horários. Realmente, tem o verso que já vai junto com o boletim do hospital. A primeira parte é que eu completo, depois no quartel, até pelas coisas que eu observei, depois, dentro do hospital. Mas, os dados principais eu já tenho que chegar no hospital preenchidos.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Então, veja. Eu fiz uma pergunta ao senhor. O senhor disse que já teve oportunidade de atender, rapidamente, outras corporações.

**O SR. FRANCISCO GONÇALVES GABRIEL** – Sim.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – E eu lhe perguntei se o comandante-em-chefe lhe atendeu, porque esse é um caso grave que aconteceu na Polícia



Federal, se o senhor falou com o comandante da corporação, com aquele que estava acima dos outros na hierarquia.

**O SR. FRANCISO GONÇALVES GABRIEL** – É, sem dúvida. Foi a primeira vez que eu atendi um custodiado. Em outros casos sempre alguém se identifica, até para saber o que está havendo, a gravidade do caso ou não, se eu vou precisar remover ou não.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Pois bem, doutor, o senhor acha que houve uma confusão de ótica, do médico e do seu enfermeiro, quando viram o Samuel e acharam que viram o Márcio? Aqui, tem um depoimento de um agente que disse que houve um tumulto naquele local, exatamente onde estava acontecendo o evento, a porta da cela estava aberta e poderia ter sido trocado um pelo outro. E na primeira pergunta que eu lhe fiz o senhor não descartou essa possibilidade. Eu volto a lhe perguntar: o que o senhor acha que é mais óbvio: que tenha havido uma ilusão de ótica, naquela movimentação, era o Samuel, não era o Márcio, ou que, de fato, como o senhor falou a princípio, o Márcio poderia ter sido tirado do cartório e ter sido levado para o interior da cela em que estava o Antônio?

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – A segunda versão é possível. Depois de eu constatar o quadro fático de ver lá o senhor Samuel e o senhor Antônio, nessa situação entre ligar para o bombeiro, de repente, por conta do tumulto, e diante de todos que acorreram para lá ver o que havia ocorrido, é possível até que alguém tenha levado o Márcio até lá, tivesse até ciência da questão, ou até que se preservasse com relação a ele não ficar sozinho na sala, é possível.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Mas, o Samuel não estava; era só o Márcio, não é, doutor, no interior da cela?

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – Isso foi palavra do doutor.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – No depoimento inicial do senhor, o senhor disse que não foi ao local, porque o senhor estava ouvindo o Márcio.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – O senhor não foi ao local.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Então, agora complicou tudo. Você disse, agora, no começo, e falou aqui também, que o senhor tinha a responsabilidade de continuar o depoimento com o Márcio. Então, agora, é bom o senhor explicar. O senhor estava ouvindo o Márcio. De repente, o Márcio estava lá na cela, o médico



viu o Márcio. Aí eu quero saber se o médico confirma essa afirmativa, se porventura além do Márcio que você viu, que estava com a perna enfaixada, se você viu outro que é o Samuel.

**O SR. FRANCISCO GONÇALVES GABRIEL** – Não. Não, sem dúvida não.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Não, não viu. Pergunto ao Dr. Durval: naquele momento, naquela situação em que o caso transcorria lá na carceragem, o senhor ouvia ou não o Márcio lá na sala de depoimento?

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – A situação, como volto a afirmar, era conturbada. Certamente, eu fui a primeira vez, depois de salientada a questão briga na carceragem, e o quadro que eu retrato é o quadro de estar lá o senhor Samuel e estar lá o senhor Antônio.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – E o Samuel é esse?

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – Com certeza. Que até está levantando o braço aí. O senhor tem uma visão muito abaixo do braço ainda. Está até com uma cara meio debochada.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – É. Mas, ele não é um trem para...

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – Ah! É sim.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Aqui, esse é o Márcio, esse é o ...

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – Esse é o Samuel.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – E esse?!

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – Esse é o Márcio.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Qual que estava na cela?

**O SR. FRANCISCO GONÇALVES GABRIEL** – É o Márcio.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Qual que é o Márcio aqui?

**O SR. FRANCISCO GONÇALVES GABRIEL** – O da direita

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Doutor, aí nós vamos ter de trabalhar num procedimento, com seus agentes, inclusive mais esses agentes cujos nomes o senhor indicou, inclusive ele, para saber quem fez essa troca. Porque o senhor considera essa possibilidade. E aqui o senhor está falando a verdade.

**O SR. FRANCISCO GONÇALVES GABRIEL** – Sim.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Eu tenho a testificação no meu coração de que o senhor está falando a verdade desse fato aqui. É algo complicado,





mas o senhor está dizendo “pode ter havido isso”. E se pode ter havido, quem trocou? As convicções do médico são muito fortes, os detalhes são muito fortes; e a frase do menino é muito forte. Então, temos nesse bojo, e a juíza não nos liberou, infelizmente — que isso fique registrado para a imprensa —, que esses meninos registram o tempo todo que, mesmo dentro do depoimento, eles não viram o Antônio. Eles ficaram separados e que só depois eles vieram saber que o Antônio estava morto. Nunca ficaram juntos. O Márcio afirmou que ficou o tempo inteiro entre os dois armários; o primo afirmou que ficou numa outra ala, e que eles ouviram gritos desesperados do Antônio. A juíza cerceou a sociedade de ter essa informação hoje, devido à acareação, eles tinham de estar aqui. Até volto na sua palavra, por causa do advento do assassinato do Mayer. Eles tinham de estar aqui. E fica esse pedaço de dívida. Agora, quem desses agentes fez essa transferência? E por que os depoimentos que temos registrados, gravados, já fazem conduções? Por isso, doutor delegado, antes de devolver a palavra à Presidenta, gostaria de dizer a você, ao Rui e ao Dr. Felipe que a nossa intenção única é dar clareza. Porque, enquanto não houver clareza, todos ficam sob suspeita. Quem precisa ser punido deve ser punido, e quem precisa ser inocentado deve ser inocentado. Suspeita, quando não esclarecida, é uma marca que o sujeito leva para a eternidade, as pessoas olham e se lembram da suspeição. Por isso, essa é nossa única intenção. Até a minha maneira de fazer as colocações de inquirição é ter o cuidado ao ler as peças e procurar a contradição para dar uma resposta. Porque, sem dúvida alguma, elas são muitas, nesse bojo, entre a carceragem e a sua sala; entre os agentes apontados e as suas ordens; entre as suas ordens e os agentes. O Rui disse que trancou a cela. São dois cadeados, não é isso Rui?

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – São dois cadeados, um interno e outro externo. São conjugados. É difícil explicar assim, sem demonstrar.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Não, mas eu sei como é. Fechou. E o quadro das chaves fica a que distância da cela? Esse quadro pode ser acessível, por exemplo, a qualquer agente que adentre aquele corredor? Onde fica o claviculário? A que distância fica da cela? Fica visível ?





**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – O claviculário fica visível na direção da impressora do computador onde são impressos os autos de prisão em flagrante, as peças.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – Em que local, em que sala?

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – Na sala onde os presos são ouvidos.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO DE ALMEIDA** – Sala do cartório.

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – A distância de, eu nunca calculei isso, mas é uma distância considerável das celas.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Você disse, Rui, que ainda deu tempo de você mandar os caras parar; você foi um dos que mandou parar, não é, que gritou?

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – Não. Eu cheguei e já estavam parados já; voltei, ainda perdi esse tempo, porque eu tive que voltar à sala, porque eu estava sem as chaves; voltei, saí da cena, porque foram chamados os bombeiros e outros colegas correram para lá, tirei o Samuel, como já disse, e porque poderia continuar agredindo. O Agemilson mesmo eu tirei dali. Por isso que o bombeiro não deve ter visto, porque ele saiu do ângulo de visão do tenente.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** - Você tirou o Samuel e levaram o Márcio?

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** - Ficou só o Antônio ali.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** - Então, nós estamos começando a chegar. Esse fato não tinha vindo ainda, porque tinha ficado só o Antônio. Isso não tinha vindo e nós insistimos.

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – Tanto é que o bombeiro chegou e encontrou só o Antônio e declara que encontrou o Márcio.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** - Porque, quando ele chegou, alguém já tinha colocado o Márcio lá.

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** - Porque todo mundo correu para o ambiente, muita gente correu para o ambiente, porque a gente não pode precisar quem foi, gente que estava por conta do velório, querendo saber o que havia acontecido, muita gente que não podemos precisar; e houve essa coisa; e nós não



podemos garantir se alguém trocou ou não, se levou preso para lá, se levou preso para cá, até porque não é uma coisa perfeita, é uma coisa dinâmica, tem velocidade.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Sim, rapaz. Tá bom, a gente já entendeu, porque toda hora esse negócio, já...

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – Agora, outra coisa que eu gostaria de perguntar....

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Eu sei que é dinâmico.

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – Essas fotos, têm data nas fotos?

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Qual delas? Há várias.

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – Todas as fotos aí.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Têm.

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – Data da foto. A máquina fotográfica registra, algumas registram...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – Nem sempre, só quando o filme tem ou quando a máquina tem.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Não, depende. Essa aqui é uma máquina doméstica. Aqui, só tem os créditos.

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – O Samuel, o fortão Samuel foi fotografado no momento. Tem foto dele no jornal *O Dia*. Eu não vi nenhuma delas aí, não essa foto de esparadrapo mostrando a coisa, não; foto de corpo inteiro, de um sujeito malhado, robusto.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Você não tem em casa?

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – Em casa, é meio bagunçado. Eu até não... Perdi muita.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – O senhor não disse que está lendo todo dia seu depoimento.

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** - Tenho, mas minha mulher pega e joga fora, porque ela detesta jornal velho.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Você não falou que está lendo todo dia?

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** - Leio, quase todo dia, *O Dia*. *O Globo*, sim, todo dia.



**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** –Você tinha que ter a foto.

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – Essa foto saiu logo no início, mais ou menos, antes das eleições.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Deixe-me te dar uma explicação sobre bomba. O cara que toma bomba e inventa uma massa muscular, e no seu depoimento você disse: o Samuel é bombado.

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – É abdômen, como se diz, de tanque de lavar roupa; não era barrigudo, como o Antônio.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Era. O Antônio não era barrigudo.

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – Se o senhor exibir essa foto, nobre Deputado, com todo o respeito....

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Espera, rapaz.

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – Com todo respeito, ele tem uma barriga.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Rapaz, espera aí, isso é intempestivo.

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – Tudo bem, Deputado, tem que esclarecer.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Você depôs, mas calma. Você disse que ele era "bombado" e, depois...

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – O Samuel.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Não. O Samuel era "bombado".

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – Sim.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** Agora, você o chama de fortão. No seu depoimento, que está aqui comigo, você diz que o cara que tem bomba, aparentemente, é forte, mas não é forte — está no seu depoimento —, é uma casca, é um fingimento. E ele, se era "bombado", você dá razão, é um fingimento; a bomba é só uma aparência que não mostra força. Você viu a contradição? Está aqui no seu depoimento.

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – Excelência, eu fui conduzido a isso.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Está no seu depoimento.

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – Eu disse uma coisa e escreveram outra.



**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Meu filho, um momento. Você falou não, está gravado; ninguém escreveu.

**A SRA. PRESIDENTE** (Deputada Elcione Barbalho) – Um minutinho, por favor, só um instantinho.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Me dê, me dê! Você vai ter que me ouvir. Porque não sou eu que estou depondo para você, mas você que está depondo para mim. Você só tem que falar quando eu lhe perguntar.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – Nada foi escrito aqui; não foi nada transmitido; foi gravado.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Exatamente. Está gravado, taquigrafado. Você disse: "*ele é bombado*". Lá na frente, quando nós entramos num outro assunto, você disse: porque esses caras que tomam "bomba"... eu mesmo vivia pegando, malhando, não sei o que e tal, depois larguei para lá.

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – Eu nunca usei "bomba".

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Eu não disse que você tomou "bomba", tá vendo? Eu não disse. Mas estou barrigudo. Estou até usando terno para esconder a barriga. Veja que eu lembro palavra por palavra do que você falou. Então, graças a Deus, eu tenho uma mente boa. Aí você disse, porque isso.... O cara que toma "bomba" parece que é forte, mas não é forte. Aí, depois, você quer usar a "bomba" de Samuel para dizer que ele é um troglodita para atropelar o Antônio. Você disse, com a sua boca, está gravado, na peça ali, que a "bomba" é só um fingimento e que o "bombado" é um fraco.

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – Excelência, posso falar? Eu ainda sou a testemunha.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Sim. Meu filho, eu não te perguntei. Nós estamos fazendo uma acareação numa CPI

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – Você reclama que não pode ser conduzido. Você está querendo conduzir o depoimento.

*(Intervenções simultâneas. Ininteligível.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Elcione Barbalho) – Por favor, Deputado...



**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Você sabe o que é uma CPI? É uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que é conduzida, sabe por quem? Por Deputado ou Senador. Eu estou querendo fazer um esclarecimento.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Elcione Barbalho) – Deputado... Eu queria fazer um apelo ao Agente Rui. Por gentileza, atente apenas a responder na hora que lhe pedirem e aquilo que lhe pedirem, porque senão nós vamos ter que apelar também, porque o senhor está aqui à nossa disposição para esclarecer. Então, ninguém está querendo lhe agredir. Você vê a forma lenta, gradual e com toda a educação que está sendo levada as perguntas até o senhor e aos demais companheiros. Então, vamos colaborar para a gente também não tomar medidas extremas, porque o senhor fica passível até de ser preso. Ok? Então, vamos. Nós não queremos ser extremados, não queremos tomar atitudes abusivas que possam ser entendidas dessa forma. É um direito que nos assiste. Então, vamos com calma, vamos responder de uma forma gentil, educada e só aquilo que lhe perguntarem, porque senão atrapalha o senhor e atrapalha quem está fazendo a interrogação. Ok?

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – Talvez tenha havido um desencontro de informação, porque no início, Excelência, se não me engano, foi dito pela senhora mesma que eu teria direito a tréplica, a réplica, alguma coisa desse tipo.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Elcione Barbalho) – Tem. Isso você tem em todo o depoimento. Agora, não da forma como está sendo atropelado. Então, aguarde e responda na hora exata. Ok? Muito obrigada.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – É, quando lhe for perguntado, quando lhe for perguntado, depois que você responder, você pode...

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Eu vou te chamar Rui. Fique calmo, fique calmo.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – Agora, Deputado Magno Malta, V.Exa. pode me ceder mais um pouco?

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Elcione Barbalho) – Pode continuar, Deputado Magno.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Eu posso, mas deixa eu só concluir com o Rui aqui.



**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** - V.Exa. está monopolizando, *data venia*.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Vou fazer igual o Padre Roque fez com o Pompeu. Rui, então tá batendo aqui algumas coisas. Começa a aparecer, por exemplo... aqui nós estamos vendo esclarecimento. O doutor disse que esse fato pode acontecer, e isso foi dito por um agente, que houve um tumulto, a sala ficou aberta, e que podia ter sido trocado. E agora você disse o que você não disse no seu depoimento, que você tirou o Samuel. Agora, você diz que tirou o Samuel. E quando você tirou... espera, Rui. Calma, rapaz! Não lhe perguntei. Quando você tirou o Samuel, alguém foi lá e colocou o Márcio. Agora, eu lhe pergunto. Agora você vai responder. Quando você tirou o Samuel de lá, você o levou para onde?

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** - Tirei o Samuel de lá, inicialmente o encostei na parede e depois peguei e vim até o final do corredor, tirei totalmente da cena. Ele ficou no final do corredor, próximo aos armários onde nós guardamos, guardávamos na época, nossas roupas. Ficou ali. E depois que eu saí de cena, algum colega dever ter remanejado ele para outro lugar, porque daí em diante eu não posso garantir. Foi quando eu disse que fui beber água, fui procurar um documento que havia perdido etc., até o senhor...

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Eu não. Foi você que falou. Eu não coloco uma palavra na sua boca.

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – Excelência, houve até uma estranheza da sua parte, porque fui beber água e tal.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Claro, você encerra o depoimento, dizendo assim...

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – Excelência, eu disse que tirei o Samuel no primeiro depoimento. Está gravado e taquigrafado, Excelência. Eu disse isso. E outra coisa, Excelência...

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Não disse! Não disse! Agora está gravado e taquigrafado.

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – Anteriormente, também estava gravado. Se fosse possível mostrar...



**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Nós não queremos lhe... CPI nem... Não temos poder de condenar ninguém.

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – Excelência, o que está havendo... Eu peço desculpas se estou sendo mal entendido, mal interpretado, mas é que o fato lá foi um fato, é um fato policial. Eu sei que os senhores sabem disso, mas, às vezes, no intuito de investigar, esquecem. Não é um demérito; é uma coisa que acontece normalmente.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Certo. Eu li o depoimento para você...

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – Porque o trabalho é todo dinâmico, é um trabalho...

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Certo, Rui. Eu sei que é dinâmico. Eu sei, rapaz. Eu li o depoimento para você, falei que o Márcio estava na cela, que ele encontrou o Márcio. Em nenhum momento você disse que foi você que tirou o Samuel e alguém possivelmente colocou o Márcio. Esse esclarecimento está vindo em função de que o delegado assumiu que seria possível. Agora, eu queria perguntar para o senhor: o senhor estranhou o fato quando voltou para sua... lá para a cela, para o cartório e que Samuel não estava? O Márcio não estava? Porque o Márcio estava depondo para o senhor.

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – Quando eu voltei, num primeiro momento, fiz a ligação, fiquei durante determinados momentos com o Márcio. É possível que eu tenha saído para tentar me familiarizar com a questão e alguém possa ter levado o Márcio até lá para de repente falar alguma coisa, mostrar alguma questão ao Márcio. Agora, realmente...

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Dr. Durval, se nós voltarmos no seu depoimento, logo que o senhor chegou aqui, o senhor disse que não estava, não tinha como ter noção do que estava acontecendo lá na carceragem, tanto é que o senhor mandou o Rui para a carceragem para verificar o que estava acontecendo e o senhor não pôde sair porque o senhor estava tomando um depoimento do Márcio.

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** - Então, mas ansioso...

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Agora, estranhamente, o senhor está falando o contrário.





**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – Ansioso por maiores esclarecimentos. Eu não estou nem afirmando que foi isso e também não estou negando.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – O senhor disse que nem foi lá. O senhor disse que nem viu, nem foi lá, porque o senhor estava com o Márcio. Agora me causou mais bagunça na cabeça, por quê? Isso eu me lembro claramente. De repente, aparece o Márcio lá sendo visto pelo médico. Eu perguntaria ao Rui se ele que levou o Márcio. Agora há pouco ele disse que estava tirando o Rui lá. Ele que levou o Márcio para lá? O que o Rui pode falar sobre isso?

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – Quando o médico chegou, Excelência, o médico veio atender o Antonio, entendeu? Casualmente, ele deve ter visto algumas coisas por ter adentrado a cela, só que ele encontrou, Excelência, a cela aberta. Isso ninguém pode afirmar que quem estava preso ali com o Antonio, porque ele mesmo diz que a cela estava aberta. Excelência, eu gostaria que, inerente a essa pergunta, porque tem coisa, Excelência, que não é divagação nem condução, é porque tem conexão, fica vago essa coisa.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Está certo, está certo. Então, quero lhe perguntar. O senhor disse anteriormente que quem fechou e lacrou a cela logo depois do depoimento foi o senhor.

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – Fui eu.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Quem abriu a cela? Eu pergunto agora.

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – Eu abri a cela para tirar o Samuel de lá — o Samuel —, e a cela permaneceu aberta para que o bombeiro entrasse.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Está vendo? Esse detalhe no seu depoimento o senhor não falou em nenhum momento.

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – Porque não me foi perguntado.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Foi, perguntei, inclusive eu fiz todo esse trajeto com o senhor. Eu li os laudos, eu li o depoimento do médico com o senhor. Um momento. Li o depoimento do sargento-enfermeiro. Eu fiz todo esse trajeto com o senhor e disse ao senhor: “Olha, o médico reconheceu esse aqui dentro da cela”. Em nenhum momento o senhor disse assim: “Eu abri a cela, tirei o Antonio, o Samuel, possivelmente alguém tenha colocado o Márcio lá”. Não, o



senhor trouxe à luz a questão, porque o delegado disse que poderia ser possível essa hipótese segunda, que no tumulto alguém pudesse ter tirado o Márcio de lá. Aí o senhor disse: *“Bom, quem tirou de lá fui eu”*.

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – Tirei o Samuel — que fique bem claro isso.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Tirou o Samuel. Claro, o senhor tirou o Samuel...

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – Sim.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** - O senhor não disse no seu depoimento. E nós lhe forçamos a barra, insistindo que o médico viu lá dentro o Márcio e não o Samuel, o Márcio e não o Samuel, e o senhor não fez essa colocação. É por isso, é por isso da necessidade da acareação, doutor.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – A acareação esclarece.

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – Excelência, me permite? Essas perguntas demoradas — são explicações do que é forte, é barrigudo — acabam não sendo perguntas, então, de repente, o nobilíssimo Deputado pode ter achado que me fez a pergunta, mas na realidade fez uma explicação.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Se for prova só de marcar “x”, você tira 10. Eu tenho que fazer uma prova com as perguntas que você possa responder, que eu estou querendo ouvir.

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – Excelência, eu respondo...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** - Eu queria ter uma... Entendeu?

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Fique à vontade. Eu lhe dou o aparte.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – Tem um detalhe importante. É que eu gostaria de perguntar primeiramente ao Dr. Roberto, Marcelo Durval. Dr. Marcelo, além do Antonio, que foi levado para o hospital pelo Corpo de Bombeiros, na ambulância, algum outro dos custodiados foi ao hospital, foi levado?

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – O Antonio foi determinado por mim que fosse levado ao hospital.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – Sim, e o outro não foi levado, nenhum outro?



**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – Não. Após a briga, não.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – Após a briga, nenhum foi levado?

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – Após a briga, os dois, diante do que me foi relatado, os dois foram ao hospital: o Antônio, levado pelo Corpo de Bombeiros...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – Então, foi essa pergunta que eu fiz. A primeira pergunta que eu fiz foi exatamente a seguinte: além do Antônio, o Antônio foi levado pelo Corpo de Bombeiros, pela ambulância...

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – Sim.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – ... o outro custodiado foi levado para o Corpo...?

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – Sim. Numa viatura da Polícia Federal.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – Quem foi?

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – O Samuel.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – O Samuel? Porque o boletim do hospital menciona o Márcio.

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – O boletim...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – Do Hospital. O doutor...

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – Mas qual atendimento?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – Eu queria perguntar ao Dr. Francisco Gonçalves Gabriel. Não é fato que o Boletim nº 35, do Hospital Souza Aguiar, era relativo ao Antônio e o Boletim nº 36 era relativo ao Márcio?

**O SR. FRANCISCO GONÇALVES GABRIEL** – Não tenho como precisar isso para o senhor. Teríamos que checar no arquivo do Souza Aguiar.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – Mas veja vem. Não chegou o Márcio, depois, no Souza Aguiar? O senhor não chegou a tomar conhecimento?

**O SR. FRANCISCO GONÇALVES GABRIEL** – Chegou, com certeza, o custodiado que estava na mesma cela.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – O custodiado estava na cela?



**O SR. FRANCISCO GONÇALVES GABRIEL** – Estava na cela.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – Foi ele que chegou...

**O SR. FRANCISCO GONÇALVES GABRIEL** – Que eu creio ser o Márcio. O arquivo do Souza Aguiar vai tirar essa dúvida se era o Márcio ou se era o Samuel. Mas que tinha alguém na cela, isso não tem a menor dúvida. Eu falei com essa pessoa.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – Sim. E a pessoa que estava na cela é que estava com a bandagem na perna. *(Pausa.)* Eu queria que você se calasse, por favor, porque senão fica difícil. Veja bem: o que estava na cela é o que estava com a bandagem na perna?

**O SR. FRANCISCO GONÇALVES GABRIEL** – Pelo que eu me recordo, sim.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – É o que estava com bandagem na perna. Foi o que o senhor afirmou no seu depoimento.

**O SR. FRANCISCO GONÇALVES GABRIEL** – Isso.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – Não era outro?

**O SR. FRANCISCO GONÇALVES GABRIEL** – Não era outro.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – Não era outro. Então, foi esse que também foi levado ao Hospital Souza Aguiar?

**O SR. FRANCISCO GONÇALVES GABRIEL** – Foi esse.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – Vamos, então, requisitar o boletim do Hospital Souza Aguiar, porque esse fato,...

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – Peço que sim.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – ... esse fato também é importante para a solução dessa questão, porque a informação inicial, inclusive partindo da imprensa, foi exatamente que se atribuía a briga ao Márcio. Isso foi declarado aqui. Isso nos foi declarado também. E depois, talvez verificando que seria ainda mais pobre a versão, porque o Márcio estava baleado na perna, é que se atribuiu ao Samuel.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Sra. Presidenta, eu acredito que o retorno aos depoimentos de Márcio e Samuel vai ser extremamente importante, novamente, e com acareação, porque o depoimento dos dois...

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** - Seria levado a Brasília.



**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – O depoimento do Dr. Durval tem que ser ouvido em separado e vai até uma hora da tarde. Os depoentes também declaram, fizeram seus depoimentos que contradizem os depoimentos dos senhores. Então, precisa-se fazer realmente uma acareação com eles — não é? Isso é extremamente importante, Sra. Presidente.

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – Só um minutinho.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Até para esclarecer o fato de que Márcio estava na cela, onde... no momento em que foi recolhido o corpo da vítima Antônio. Vou ouvir o Dr. Durval para esclarecer isso.

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – É razoável que agora diversas versões apareçam. As versões são teses defensivas, que na medida em que eles consigam incutir na opinião pública, incutir no Magistrado ou incutir até junto aos membros da Comissão, se realmente houve tortura, eles vão, certamente, sair por uma legítima defesa ou uma negativa de autoria com relação à morte do policial. Certamente eles vão falar. Ou, no mínimo, vão falar, vão empurrar tudo nas costas do Antônio.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Não, não. Embora um fato tenha relação, são tempos diferentes

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – Sim, mas...

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Estamos tratando da tortura de Antônio na cela. E apenas está havendo fatos controversos. Por exemplo, como é que aparece Márcio e ninguém sabe explicar como Márcio aparece na cela de Antônio, que não tem nada a ver com a história? O Márcio, nessa história, pelo depoimento dos senhores, e sim Samuel, que foi tirado por Sr. Rui. Então, a figura de Márcio, no momento crucial e o depoimento dele é importante para ver nessa questão a elucidação de fatos controversos.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** - Realmente, a informação – e aí tem que requerer – eu achei que eu tinha aqui e acho que eu tenho. Eu só não estou conseguindo achar. É que o Boletim 35 é o do Antônio e o 36, lá do hospital, é o do Márcio. Está aqui. Eu não estou conseguindo, mas eu tenho. Senão, por favor, a secretaria oficial para poder pegar lá no hospital, porque aí fica mais tranquilo, porque a primeira versão que foi dada...



**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** - Por favor, só para colaborar, Deputado Malta. O Dr. Francisco disse que, ao ser indagado por Márcio se ele podia ir para o hospital, ele disse que ia tratar de Antônio, não de márcio, uma vez que márcio estava em situação mais privilegiada ou numa situação não grave que tivesse que ir para o hospital. E aí me leva a crer que Samuel é que tenha ido, talvez.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** - Deputado Almir, o Dr. Francisco, no seu depoimento, não foi só agora, eu fiz a pergunta que eu estava querendo fazer desde o início, mas o Deputado Malta monopolizou. Ele disse no seu depoimento aqui. Ele disse, inclusive, salvo engano, o boletim dele é o de nº 35. Disse no seu depoimento. Não foi agora só. Agora eu fiz a pergunta...

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** - Sim, a questão da pessoa que tá se indagando. Quem era essa pessoa.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** - Não, mas ele colocou. A mesma que ele ouviu na cela, que perguntou se ele ia para o hospital e que ele disse que não ia naquele momento, que não ia levar, ia levar o outro...

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** - Vamos indagar a ele se era a mesma pessoa.

**O SR. FRANCISCO GONÇALVES GABRIEL** - Sem dúvida, a mesma pessoa que deu entrada depois do Antônio era a que estava na cela junto com ele.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** - Mas, gente, esse é um processo muito fácil. Esse é um processo fácil. Por que ele é fácil? Porque quem ficou no hospital foi o Samuel até de manhã, porque ele foi buscar. Não foi o Samuel? Exatamente. Esse trouxe para cá e ficou sendo medicado. Veio e constatou, conforme palavras do próprio delegado, que é verdade, não quebrou osso, não cortou músculo, não cortou nada. Passou pela pele o tiro dele. Não tinha mais razão dele voltar ao hospital. Agora, o outro sim, que tinha resquício de bala na perna. Esse precisava voltar. E essa é a verdade, porque o senhor viu exatamente o Márcio, e eu tenho absoluta certeza. Requeira, Presidente, por favor, à secretaria para, já na segunda-feira, nos remeter o laudo de entrada no hospital nº 35. E é bom que se oficie para que se possa fazer isso ainda hoje. Exatamente, porque eu tenho certeza que o 36 é do Márcio, a pessoa que o senhor viu dentro. Então, esse é um ponto crucial, para que nós possamos dar solidez às nossas convicções, uma vez que todas essas



contradições já nos conduziram a algum lugar. Sra. Presidenta, a minha recomendação e o meu pedido é que isso seja efetuado exatamente nesse momento. Não podemos perder tempo com provas até segunda-feira. É preciso que pegue agora, e eu me dou por satisfeito, porque eram exatamente as indagações que eu precisava fazer, até porque as contradições dos outros agentes que aqui estiveram, elas já estavam inclusas no bojo do meu raciocínio e eu agradeço muito, reiterando que ninguém mais do que eu tem interesse no bem-estar e na boa imagem da Polícia Federal pelo carinho que tenho à Polícia Federal. Só que, não sei se os senhores que estão dentro estão percebendo, e se ainda não estão percebendo, é muito maior a repercussão que esse caso tomou na sociedade brasileira e que pode trazer uma mancha enorme para a nossa Polícia Federal do Brasil. Então, esse é o meu interesse, de poder elucidar e de poder responder. Não tenho nenhum interesse – Deus sabe do meu coração – de trazer qualquer prejuízo às pessoas. Só que, quando faço meu trabalho, procuro fazer bem feito e espero que todos, ao realizar suas atividades, o façam dessa maneira. Sra. Presidenta, estou satisfeito e muito obrigado. Quero agradecer os dois Delegados, ao Sr. Rui. Sou um homem dinâmico. *(Risos.)*

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – Quero só dizer que estou satisfeito. Acho que as contradições foram esclarecidas, com exceção de duas. A primeira com relação à presença do Márcio. Quer dizer, o Dr. Francisco afirma claramente, mantendo a sua convicção e as convicções que foram abaladas foram as dos demais. Foi explicado que o Samuel não estava na cela; possivelmente o Márcio estaria ou não na cela. E essa questão de levar o Mário ou Samuel para o Hospital Souza Aguiar, que vamos tirar dúvida, inclusive, com o boletim do Hospital Souza Aguiar, mas acho que a acareação foi positiva, porque sanou essas dúvidas e só tenho também a agradecer.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Sra. Presidente, ainda gostaria de usar da palavra. Não quero ser repetitivo Dr. Durval, mas quero sair daqui com o raciocínio. V.Sa. afirmou que até uma hora da tarde o senhor estava colhendo o depoimento de Márcio e que Rui foi lá até a carceragem. Confere esse horário, Rui, mais ou menos?





**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – Excelência, como eu já disse anteriormente...

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Só para relembrar-me.

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – ... não me lembro nada de horário. No meu...

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Então, que tempo foi — e gostaria da explicação dos dois — que houve o chamamento para o socorro. Nós já temos ali o chamamento.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – O lapso de tempo.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – O lapso de tempo. Quero saber: de repente, surgiu um barulho, aí o Delegado Durval manda Rui até à carceragem para que veja o que está acontecendo. Que tempo era esse, que horas era isso. Há condições de V.Sa. falar?

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – Levando-se em conta o que já foi estabelecido com relação à hora, de ligação para o Corpo de Bombeiros, creio eu que, cinco ou dez minutos antes, foi justamente esse trânsito de idas e vindas até à carceragem até que eu pegasse o telefone...

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Aí vem a minha pergunta: quando Samuel foi levado para junto de Antônio? Quando? Em que tempo? O Agente Rui disse que estavam juntos — não é isso? Quando é que Samuel foi para ficar na mesma cela de Antônio?

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – Quando?

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Quando? Em que tempo?

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – Quando Samuel foi levado...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – Em que tempo?

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – O senhor disse que Samuel estava na sala de Antônio,...

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – Na cela, na cela.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – ... na cela, e que Samuel foi quem agrediu Antônio. Então, quero saber quando é que ele foi colocado junto.

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – Quando começou... Foi colocado junto, justamente para começar o depoimento de Márcio. Precisávamos ter segurança.



Estamos armados. O Samuel, como insisto em dizer, era muito forte. O outro, o Antônio, já estava na cela. Então, não tinha perigo nenhum, estava trancado na cela. E Antônio foi trancado. Agora, o senhor pergunta sobre o horário? A noção de horário será 11, meio-dia. Eu não tenho, Excelência.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Quanto tempo eles ficaram juntos?

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – Também não tenho noção. Foi pouco tempo.

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – Posso explicar.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Pode explicar, Dr. Durval?

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – Uma seqüência lógica. O Antônio está na cela. Eu começo a tomar o depoimento do Samuel. Ao término do depoimento do Samuel, eu encaminho o Samuel para a cela e mando que venha o Antônio. O Antônio se manifesta, como se manifestou, dizendo que só prestaria declaração em juízo e não assinaria o auto. Eu pego o Antônio e meto ele de volta à cela, quando ficam os dois juntos, mas numa seqüência lógica. Samuel ficou na... Primeiro Antônio, antes da lavratura.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Dr. Durval, o senhor está supondo ou está afirmando?

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – Não, isso é verdade. Isso é verdade e é certeza absoluta. Não estou supondo nada.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Porque o depoimento de Samuel e o depoimento de Márcio — entendeu? — nunca eles ficaram juntos, nem mesmo Samuel com Antônio. Até ele disse que, quando ele viu, de onde ele estava, ele viu passarem a maca e o colega dele; ele olhou e viu de relance o colega indo de maca. Entende por que a gente precisa esclarecer? Até para preservar os senhores.

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** - Eu mantenho eles separados até o momento em que eu já começo a acepção dos dados que eles vão fornecendo a mim. Por isso, eles ficaram separados até o momento em que tomei o depoimento do Samuel. Pego o Samuel e encaminho ele à cela, o Antonio sai da cela, acontece essa circunstância do Antonio só querer se manifestar em juízo. Eu remeto ele de volta à cela e começo a ouvir o depoimento do Márcio.



**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Agora o senhor, então, o senhor me explique onde o senhor estava quando chegou o bombeiro que reconheceu o Márcio lá dentro da cela. Onde o senhor estava?

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** - Eu estava, pelo que me consta, aquele negócio como fala...

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Dinâmica. Onde o senhor estava?

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – Dinamicamente, creio eu que estivesse na sala aguardando, continuando as providências.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Não seria normal que o senhor estivesse lá no ato, vendo o que estava acontecendo de tamanha gravidade? Não seria normal que o senhor estivesse lá acompanhando?

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** - Não necessariamente em virtude já do tumulto formado. E lá, não sei se seria até interessante, caso os senhores não tenham comparecido...

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Conhecer o local?

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** - Da Superintendência, compareçam para conhecer o local.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Eu não conheço.

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** - Lá onde existe essa cela provisória, o senhor foi até lá ver?

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Não, não.

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** - Justamente a estrutura física da delegacia de dia. Os senhores certamente terão a concepção exata da distância entre a sala em que estava ocorrendo a lavratura do flagrante...

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Mas ainda...

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – ... até a carceragem.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Dr. Durval, Dr. Durval, vou-lhe interromper em cima do que o senhor está falando. O senhor disse pra mim que estava resolvendo alguma questão lá dentro do depoimento, alguma coisa que o senhor não se lembra. Mas o senhor não consegue lembrar como é que Márcio sai de lá e está lá dentro da sala lá?

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** - Justamente.



**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Como é que aconteceu isso?

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** - Estamos falando na minha ...

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Sim, pode falar, por favor. A palavra é sua.

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** - Na minha concepção é uma conjectura.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – O senhor não sabe explicar isso?

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** - Essa informação me foi trazida agora, tomei ciência hoje por conta do depoimento prestado pelo bombeiro à Procuradoria da República. Isso aí, até então, me era... é um fato novo. A partir daí, você começa a..

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Por que, agora, veja bem,...

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** - ... a pensar em se circunstância do por quê ele poderia ter ido lá.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Rui, agente Rui... Eu lhe pergunto: o senhor estava lá na carceragem no momento que o Dr. Francisco prestava socorro à vítima, Antonio?

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – Não, estava não.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – O senhor não estava. O senhor estava onde?

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** - Eu saí e saí, vi que a situação estava controlada. Havia um médico ali, o problema era médico, eu saí, fui até o 2º andar procurar um documento que havia perdido, achava que havia perdido, e depois eu encontrei. E desci e saí, fui até a um bar em frente, porque não temos lá água potável.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Está certo.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Elcione Barbalho) – É na Praça Mauá?

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** - O senhor já explicou isso.

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** - Isso, na Praça Mauá, ali ao lado.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** - O senhor já explicou. Então, eu pergunto: o senhor saiu da sala de depoimento. Foi lá e percebeu que o bombeiro chegou, o senhor saiu, não interessava mais?

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** - O bombeiro ...



**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Está certo? Muito bem. E nesse momento que o senhor...

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Você encontrou o documento?

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** - Não, não havia nem perdido, estava dentro do meu carro. Eu assustado porque é uma coisa importante.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Porque você falou no outro depoimento que você não achou. Por isso que estou perguntando.

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** - Não, não achei porque realmente não havia perdido.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Que era um contrato de um inquilino.

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** - Com outras preocupações. É um contrato de inquilino.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Um contrato de um inquilino seu, não é isso?

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** - É, que procurava.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Só... Me permite só uma pergunta aqui ao senhor. O senhor autorizou ele a tirar o Samuel da cela lá? Foi o senhor que autorizou?

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** - Tirar o Samuel seria uma providência necessária, porque a cela é um ambiente diminuto e haveria a necessidade justamente de entrar o bombeiro, de entrar com algum tipo de ...

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Não, não, o senhor deu ordem para tirar o Samuel?

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** - Dei ordem não, mas não... Nesse primeiro momento não. O retrato fático que eu narrei já aos senhores, quando eu cheguei lá, estava Antonio caído, o Samuel ao canto. A partir daí, eu voltei pra sala pra acionar o bombeiro. A partir daí, seria até bom que até se o médico tiver condições de esclarecer se outras pessoas estavam nas cercanias ali da cela por ocasião do atendimento dele ou se, diante da saída do APF Rui, ele ficou sozinho lá.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Sem problema. Ele me disse que estava três ou quatro pessoas, que ele não identificou, e identificou no canto da cela o Márcio. Agora, o que me intriga é isso, porque o senhor delegado é o delegado de



dia, é o mandante superior. O senhor nem deu ordem ao Rui para tirar o Samuel de lá e nem deu ordem ao outro, que botou o Márcio lá. Então, é um negócio complicado. Aí, o Deputado lhe pergunta: onde o senhor estava nesse momento? Onde o senhor estava nesse momento, que um foi tirado sem a sua ordem, e o outro foi levado também sem a sua ordem. E o senhor, quando voltou, se deu falta do Márcio, é isso que ele está perguntando. O que o senhor fez?

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** - Agora colocou muito bem. Colocou muito bem. O senhor estava fazendo o depoimento de Márcio, e isso fez com que o senhor não fosse para lá. Então, o senhor está na sala de depoimento, o senhor determinou que o agente Rui fosse lá apagar, apartar a briga, etc. O senhor telefonou para o Corpo de Bombeiros; o Corpo de Bombeiros foi dar o socorro — então, até aí tudo bem. Está certo? Aí, de repente, o Corpo de Bombeiros chega, presta socorro, e lá está Márcio. O agente Rui já não está mais, ele foi para tomar água na Praça Mauá. E o senhor permanece lá na sala e não sabe dizer que o Márcio, que estava sendo ouvido naquele momento, de repente, ele não está mais lá, ele está lá na carceragem. E ninguém sabe explicar isso, e o senhor, que estava fazendo o depoimento dele, deveria nos orientar sobre isso.

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** - Nós estamos lidando com uma situação fria, aqui, pensando no momento. Agora...

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** - Então, o senhor quer dizer que ... Eu vou lhe ajudar. O senhor terminou o depoimento, quem sabe?

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** - Não, com certeza não.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** - Não?

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** - Não. Eu interrompi, para efeito de socorro, e, depois, teve a continuidade do depoimento depois que foram ambos, o Samuel e o Antonio, foram ao hospital.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** - Quantos minutos demorou o depoimento de Márcio, Dr. Durval?

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** - Creio que mais de uma hora.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** - Me empresta o depoimento dele, por favor! É importante.

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** - Uma lauda.



**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** - Não chega a uma lauda. Não chega a uma lauda. Eu peço a gentileza que me forneça o depoimento. O Dr. Durval disse que demorou uma hora o depoimento.

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** - Mais de uma hora, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** - Mais de uma hora. Está certo, está certo — do Samuel, do Márcio, é o terceiro conduzido. Então, o senhor disse que mais de uma hora. Mas eu perguntaria ao Dr. Durval: Dr. Durval, quanto tempo demora para fazer um depoimento de apenas uma lauda?

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** - Depende. Depende da dinâmica do evento. Um fato deste, conturbado, onde me é trazido um fato...

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** - Vai sendo relatado devagar, não é?

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** - Não digo nem devagar, mas, pelo menos, eu tenho que me cercar de toda segurança para transcrever para o papel com a toda propriedade e não lançar informações vãs. O fato de ter só uma lauda, isso aí não quer dizer nada.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** - Sim, é isso que eu quero...

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** - Eu posso primeiro ter tido um contato informal, pegado em declarações informais dele...

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** - Dados.

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** - ... para depois transcrever para o papel.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** - E teve? Teve?

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** - Sim, claro. Isso aí é praxe. Até para efeito... Você nunca entra no depoimento pura e simplesmente: vamos lá, você fez isso aí, você fez...

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** - Não tem por que eu contestá-lo. Apenas eu quero fazer uma observação que transcorreu uma manhã inteira, transcorreu bom período da manhã, e o senhor ouviu algumas pessoas, e a última que o senhor ouviu exatamente foi o Márcio, que ninguém sabe precisar; o senhor calcula mais ou menos, eu acredito que o senhor disse *“não, que eu não fui até lá na carceragem porque eu estava fazendo, colhendo o depoimento de Márcio”*. Bom, e que isso foi, no meu raciocínio, isso teria sido no momento do incidente da agressão, que o





senhor mandou lá “vai lá ver o que está acontecendo”, “vai lá ver o que está acontecendo”. Aí o agente Rui foi lá, uma ou duas vezes. O senhor lembra, agente Rui... Tinha um problema...

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** - *(Fora do microfone. Ininteligível)* ...fui, constatei, voltei pra abrir a cela e tirar o Samuel.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Pra voltar e tirar o Samuel?

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – Tirar o Samuel.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Tá certo, porque a chave estava aqui, na sala de...

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – A chave fica no claviculário, na posição, sobre a impressora, onde é impresso.... Excelência, a dificuldade aí é que nós temos, me permite...

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Claro, claro, com a palavra.

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** - Sem... sem exagerar.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** - O objetivo aqui é esclarecer.

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – Nós temos ali, a impressão que muita gente pensa que a Polícia Federal, no particular, a Superintendência do Rio de Janeiro, seria interessante como os senhores delegados falaram, que os senhores fossem até lá para ver que não é essa tecnologia toda não. É uma impressora matricial, daquelas bem antigas, um computador, eu não entendo bem, mas é de... velho...

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – É antigo.

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – Vovozinho, que dá problema toda hora...

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Tá certo.

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – Apaga tudo, perde coisa. Então é complicado. Quando a máquina quer nos ajudar, a lauda é feita rapidamente. Quando embola papel e carbono e tal... Se o Exmo. Deputado Magno Malta, quando tiver oportunidade, acredito que vá, vai ver a precariedade da Superintendência da Polícia Federal do Rio de Janeiro. Nós trabalhamos ali no peito.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Bom, deixa eu, agente Rui, eu não quero me delongar mais, eu acho que eu só tenho a tirar alguma duvidazinha. O Márcio estava



entre dois armários e Samuel estava em outra sala. Samuel estava em outra sala. E nesse momento está transcorrendo o depoimento dos taxistas, enfim, do condutor etc. Tá certo? Nesse momento, Samuel estava em que sala?

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – No momento de depoimento?

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – É. Cedo.

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – De taxista?

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** - É, quando está nos depoimentos anteriores ao dele próprio, Samuel...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – Dos condutores das testemunhas do flagrante?

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – É, é, nesse momento que está ouvindo o taxista, o condutor do flagrante etc., onde estava Samuel? Te lembra?

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – Excelência, eu cheguei... Quando eu cheguei à Superintendência, eu retornei, eu fiquei fora o tempo todo, como disse no meu depoimento. Fui ao local do crime, fui ao IML...

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Então o senhor não sabe...deixa eu ser objetivo, então o senhor não sabe onde estava Samuel.

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – Sim, sim, sim.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Muito bem. O senhor se lembra onde estava Antonio?

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – Dentro da cela, trancado.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Dentro da cela?

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – Isso.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – O senhor não sabe onde está Samuel. Nesse momento o senhor não sabe onde está Samuel. O senhor acaba de dizer que o senhor estava fora, na rua. Bom...

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – V.Exa. me permite?

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Pois não.

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – Enquanto eu estava fora, eu não posso ter visto... Era impossível visualizar...

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Tá certo, eu entendi. Não estou....



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Elcione Barbalho) – Então fica subentendido, só um instantinho...

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Não, não tem...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Elcione Barbalho) - ...nem Antonio, nem Samuel, você viu, já que você estava fora.

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – Não eu estava, eu estava, longe do teatro....

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Tá.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Elcione Barbalho) – Porque ele direcionou a pergunta: onde estava Samuel?

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** - Exatamente, no momento dos depoimentos.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Elcione Barbalho) – Você estava fora, você não sabe. Então se você não sabe onde estava Samuel, você também não sabe onde estava Antonio. Concorde comigo?

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – ... *(Fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Está certo. Então, os depoimentos de Márcio e de Samuel, entendeu, de Márcio e de Samuel é que eles estavam separados. E o próprio depoimento de Samuel diz que, quando o corpo passou ele fez assim, estava, no rabo de olho, ele vinha apanhando, esse é o depoimento dele, ninguém está falando aqui se é verdade ou não, que ele olhou e viu o companheiro passar na maca, entendeu? E isso ele comentou com outro, com Márcio, que o Márcio não sabia. Esse momento que eles conversaram entre eles, eu não estou lembrado aqui, mas eles comentaram entre eles, talvez o Deputado Malta...

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Eles passaram uma noite juntos no presídio, numa salinha...

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Ah! Que eles comentaram...

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** - ...quando foram levados para o presídio. Aí eles comentaram.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Ah! Está certo. Então esse depoimento de Samuel e de Márcio tem que ser acareado, porque ele não bate. É evidente que ele, é um outro fato, é uma outra história que vai ter conexão com essa. Presidente, me



dou por satisfeito com as indagações, eu me dou por satisfeito, não tenho nada a perguntar.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Presidente, me permite, só para fazer justiça no encerramento: eu recebi aqui da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, até porque tentaram achincalhar o nome do agente Mayer nesse episódio, acusando de que ele estava sendo envolvido com travesti. O travesti veio aqui, desmentiu. E ele faz um depoimento aqui para Direitos Humanos diferente do que fez para nós, dizendo o seguinte. A Comissão pergunta como aconteceu a briga com o policial? Samuel responde: *“A gente estava saindo da pizzaria, depois da boate, indo para o ponto de ônibus. Passava das duas horas e todos nós já estávamos meio bêbados”*. Ele diz: *“Próximo à Marechal Floriano, onde a gente ia pegar o ônibus, o Antonio chamou um travesti e foi para o canto da rua...”*. E realmente o travesti — aquela senhora loura que esteve ontem aqui — confirmou. *“... para o canto da rua. A gente ficou esperando e apareceu um cara, parecia uma assombração”* — está se referindo ao Mayer — *“Ele estava parado e chegou falando: Tá tudo certo aí? ... A nós e ele disse: “Não vai pagar, não?” Ainda falou palavrão. Aqui ele afirma: “Tá tudo certo aí?”* — como alguém que aborda uma confusão mesmo — *“Tá tudo certo, aí?” “Estava todo mundo bêbado, e o Antonio reagiu dizendo que não era da conta dele”*. Então, só para fazer justiça a isso, porque o depoimento do travesti bate exatamente agora com esse depoimento que ele dá aqui para a Comissão de Direitos Humanos e até não afeta em nada...

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Não mancha.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** - Não mancha a imagem do policial, porque num primeiro momento eles fizeram isso, numa tentativa de começar a fazer os esconderijos das ações que culminaram nessa “desgraceira” toda que nós estamos contemplando. Mas quero fazer justiça lendo isso, até porque a mim me traz até uma certa alegria, visto que esse rapaz integrou conosco a segurança da CPI, me fez segurança particular e a sua própria formação religiosa... Era um rapaz evangélico e que não tinha esse tipo de comportamento. Então, a verdade está aqui nesse depoimento.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Elcione Barbalho) – Muito obrigada, Deputado. Eu queria fazer uma pergunta ao Tenente. Normalmente, Tenente,



quando a gente vê um caso de emergência, no caso dos bombeiros, vocês usam a sirene.

**O SR. FRANCISCO GONÇALVES GABRIEL** – Sem dúvida.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Elcione Barbalho) – Quando foi solicitada a presença de vocês, no seu caso por exemplo, posteriormente ou antes de feita a ligação pelo delegado, esse sirene veio ligada?

**O SR. FRANCISCO GONÇALVES GABRIEL** – A sirene sai do quartel ligada e trafega com o paciente até o hospital ligada.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Elcione Barbalho) – Delegado, o senhor não escutou o barulho da sirene?

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – Da sirene?

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Elcione Barbalho) – Sim, com a chegada do médico?

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – Ele falou que a sirene sai ligada do quartel...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Elcione Barbalho) – Saiu ligada lá...

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – Da Superintendência ou saiu ligada do quartel?

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Elcione Barbalho) - ...e chegou ligada.

**O SR. FRANCISCO GONÇALVES GABRIEL** – Saiu ligada do quartel até a Superintendência e depois, da Superintendência até o Sousa Aguiar, ela voltou a ser ligada.

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – Sinceramente, não ouvi.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Elcione Barbalho) – O senhor tem algum problema auditivo?

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – Não. Fizeram um laudo tão perfeito...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Elcione Barbalho) – Deixa eu lhe dizer o porquê. Me engrandece muito a sua atitude de estar com uma Bíblia aí. Eu sei que o dia-a-dia, muitas das vezes, endurece as pessoas. Mas me parece que o senhor é um cristão...

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – Com certeza.



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Elcione Barbalho) - ...que você professa muito bem a religião, dada até a sua atitude que não passou despercebida por nós. Não deixe que essa coisa banalize. O senhor pediu socorro para uma pessoa que estava num estado... que estava precisando de socorro. O senhor é responsável por uma unidade, onde poderia ou não morrer uma pessoa que tinha sido agredida ou por um policial, ou por uma pessoa que estava presa lá, ou pelo Samuel, ou pelo Márcio. Então, me causa muita estranheza essa apatia, essa indiferença da sua ausência, quando o senhor pediu e sequer mandou uma pessoa esperar o médico para encaminhar. E se ele não soubesse onde era a cela? Não, é uma questão a ser questionada, sim. É simples, é boba. Talvez o senhor esteja até achando que isso é de somenos importância. Para mim não é. São nesses pequeninas coisas que a gente tem de fazer uma reflexão em tudo o que senhor falou aqui dentro. Eu fico calada aqui, mas eu estou atenta e percebendo todas as coisas. E são pequeninas coisas que, de repente, os Deputados aqui imbuídos no sentido de trazer a verdade dos fatos à tona é que essas pequenas coisas chamam atenção, sim. Então, eu pediria que o senhor não a trouxesse só, mas que o senhor amasse o seu próximo como o senhor ama a si mesmo. Porque acho que isso é uma falta de respeito ao ser humano. O senhor sequer ir atrás. Chama um médico... Porque o senhor sabia que podia dar uma bronca. O caso estava acontecendo na sua unidade, o senhor fez a sua parte e lavou as mãos feito Pilatos. E assim como o companheiro aqui, que foi lá para a Praça Mauá tomar água. Era uma vida que estava em risco. Ali não era uma pessoa qualquer. E a responsabilidade sua triplicava. A sua responsabilidade triplicava. O senhor é responsável pela sua unidade. Então, eu só quero deixar isso claro, porque eu percebi. E fiz essa pergunta, porque não é possível que a sirene — chama a atenção com o barulho — ligada e que o senhor não tenha atentado para esse fato de sequer mandar um agente para receber, encaminhar, para prestar socorro médico. Era só isso que eu queria dizer.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Pela ordem, Sra. Presidenta.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Elcione Barbalho) – Pois não.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Depois eu faço a minha questão de ordem, porque eu ia fazer uma proposta.



**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – Realmente, eu procuro seguir os princípios cristãos com toda a grandeza que lhe é inerente. Essa circunstância de se ter ouvido ou não, volto a afirmar e volto a convidá-los a conhecer a Superintendência da Polícia Federal, no interior da sala, com ar condicionado e fechada, possivelmente pode ser que o bombeiro tenha, logo assim que tivesse tido acesso à entrada do portão — é uma Superintendência grande —, tenha desligado a sirene e eu não tenha ouvido. Acho que não seja problema auditivo. Essa questão é uma questão, colocada assim pura e simplesmente, tem até uma razão de ser. Mas realmente a questão da dinâmica do evento, voltando ao que falou o Rui, é uma situação que pode ter ocorrido ou não. O grande problema é que todos aqui, pelo menos isso me parece, todos já estão vindo com idéias preconcebidas.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Elcione Barbalho) – De jeito nenhum!

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – Só um minutinho. Eu posso terminar?!

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Elcione Barbalho) – Não, não! Você está nos acusando. O que é isso?!

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – Não, eu só quero, por conta...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Elcione Barbalho) – Você ainda agora jurou suspeição, dizendo que na hora em que houve um depoimento que já estava encaminhado.

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – Eu posso esclarecer com relação a essa preconceção?

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Elcione Barbalho) – Eu exijo respeito. Você me respeite, porque eu estou lhe respeitando.

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – Então, mas ninguém está faltando com o respeito.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Elcione Barbalho) – Então, não venha dizer que nós estamos com espírito preconcebido, porque isso vai depender de ser feito um relatório aqui dentro. Então, o senhor está acusando que nós já estamos previamente, com o espírito preconcebido de que nós vamos acusar vocês. Não é bem isso.

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – Excelência, me permite?





**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – Também não é isso que eu tentei passar. Posso até ter me manifestado de forma errada.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Elcione Barbalho) – Você acabou de dizer isso.

**O SR. MARCELO DURVAL SOARES** – Sim, mas a preconceção que eu falo é com relação ao laudo que vem amparando toda essa situação.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Elcione Barbalho) – Eu acho que nós já lhe demos bastante oportunidade e lhe respeitamos bastante. Então, eu pediria que você parasse por aí, tá? Obrigada.

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – Me permite, Excelência?

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Elcione Barbalho) – Pois não.

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – Excelência, lamento o estado emocional por que está passando, mas o problema é o seguinte... Eu teria outra coisa para falar antes, mas aproveitando esse gancho de ele ter falado esse problema de preconceção, não é que o senhores, que partiu dos senhores essa preconceção, não. É que a matéria jornalística, sempre tendendo a essa questão de tortura, não saiu em nenhum momento uma suspeita de que pudesse ser o Samuel. Não, muito pelo contrário. No jornal *O Dia*, Excelência, já saiu logo que foi Márcio, foi Márcio, foi Márcio. Parece que depois alguém informou a alguém que não foi Márcio, foi o Samuel, eles mudaram de assunto. Então, isso, quando a gente lê um jornal, Excelência, e não estamos no teatro da ação, nós inconscientemente... Todos vocês, nós sabemos e temos consciência disso — o importante é que temos consciência disso — que vocês amam a instituição Polícia Federal. Vocês protegem a instituição Polícia Federal...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Elcione Barbalho) – É por isso que nós estamos até agora aqui.

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – Então, exatamente, eu sei que vocês não tem esse espírito preconcebido, como a senhora entendeu agora. O problema é que a imprensa acaba induzindo as pessoas. Sem querer, as pessoas entram na onda da imprensa de que houve violência, houve tortura, porque só sai isso. Entende, Excelência? Só sai isso. A senhora pode pegar todas as matérias,



nenhuma delas colocou a hipótese de ter havido outra coisa, desde o início, antes do laudo, esse laudo de Brasília, saiu isso. Entendeu, Excelência?

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Pela ordem, Presidenta.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Elcione Barbalho) – Só um instantinho, eu quero dizer o seguinte. Dá licença?

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – E outra coisa, me permite: o barulho de sirene, Excelência, a que a senhora se referiu, ali na Superintendência, naquele dia e em outros dias também, dependendo da situação, é comum. As nossas sirenes, os nossos camburões e carros também não-ostensivos que também tem sirenes de tudo quanto é tipo, que a senhora vai ter o prazer de conhecer. Temos lá o estrobo na viatura, temos lá ou cinco, ou seis, ou sete, não sei, nunca tive o trabalho de contar exatamente, quantos tipos de sirene têm, tipo aquela “uol! uol!” Então, isso tumultua. Ninguém sabe se está entrando, se a ambulância está saindo ou se está entrando o camburão. Entende, Excelência? Então, talvez, aí, a pergunta fica assim um pouco vaga e a resposta mais ainda. Porque ali é um lugar de sirene. O entorno da Praça Mauá, não sei se a nobre Deputada...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Elcione Barbalho) – Isso. Não conheço as dependências da Polícia Federal, mas conheço a Praça Mauá.

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – Mas a vivência ali, tipo ficar...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Elcione Barbalho) – Sei é muito conturbado.

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – Tem Polícia Civil do lado, tem o batalhão muito próximo, tem a POLINTER mais adiante. Sirene ali é a coisa mais comum.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Elcione Barbalho) – É igual a dos bombeiros?

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** - Tem igual, tem diferente. Como eles também devem ter vários tipos.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Elcione Barbalho) – Então, está bem. Então, esqueçamos a questão da sirene.

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** - Peço desculpas por algum mal entendido.



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Elcione Barbalho) – Sem dúvida! Eu só quero lhe dizer o seguinte. Eu já coloquei aqui hoje que segmento nenhum é mais permissivo à sociedade do que os políticos. É essa a versão que se tem. Porque digo sempre que em todos os segmentos tem pessoas boas e pessoas más. Tem pessoas compromissadas com seu trabalho e pessoas que procuram desvirtuar o seu trabalho. Ali naquela casa também tem gente, com certeza, que não merece o nosso respeito. Mas tem pessoas sérias como nós que estamos aqui hoje enfrentando, tendo a coragem de enfrentar. É isso que eu quero dizer a vocês...

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Inclusive, Excelência, me permite...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Elcione Barbalho) - ...nós somos políticos e nós assumimos essa responsabilidade pela coragem, como eu assumi também junto com o Deputado Magno Malta e o Deputado José Antonio na CPI do Narcotráfico.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Pela ordem, Sra. Presidente.

**(Não identificado)** – Excelência, eu acompanho...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Elcione Barbalho) - Só um minutinho. Só quero dar o meu último esclarecimento. Então, eu lamento, nós não somos crianças, nós sabemos o que queremos... E o que nos levou a levantar tudo isso, não foi o jornal *O Dia*, não foi a imprensa, absolutamente não, porque senão, não estaríamos aqui. Pediríamos apenas os relatórios que já foram tomados, os depoimentos, e faríamos o nosso relatório. Não teríamos por que estar perdendo o fim de semana, deixando nossas famílias. Eu, por exemplo, não tenho marido, mas tenho dois filhos, tenho netos, mas estou aqui cumprindo com a minha obrigação. Porque eu sou Deputada para assumir a responsabilidade. Não foi absolutamente, fiquem certos, que não fomos, de forma alguma, direcionados pela imprensa. Então, não somos irresponsáveis. É isso que eu quero dizer. São documentos comprobatórios que estamos nos calcando e dos próprios depoimentos que aqui foram feitos. Tanto que nós colocamos vocês aqui para não ser injusto e não faltar com a verdade. Está bom? E não está concluído, diga-se de passagem. Passo a palavra ao Deputado Magno Malta.

**O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA** – Pela ordem, Sra. Presidente. Quero esclarecer que CPI, se tivéssemos sido motivados pela imprensa, quem sabe eu teria indiciado metade do Brasil na CPI do Narcotráfico. Mas há que se entender o



valor da imprensa. Por exemplo, há um programa da *Rede Globo* chamado *Linha Direta* que prende mais do que a polícia, em termos relativos. E quando descobrimos e desnudamos Hildebrando Pascoal nos valem de uma investigação da jornalista Mônica Torres que passou dois anos o investigando no Acre. Então, as coisas não são assim. E gostaria que ficasse registrado esse “repelimento” que faço a essa afirmação de que CPI trabalha em cima de indicativos, de laudos, documentos e depoimentos. Não li uma matéria de jornal aqui. Mostrei fotografias. E fotografia pode estar estampada até num informativo da própria Polícia Federal, que também é um jornal, ou em qualquer informativo de igreja, que também é jornal. O fato de ter mostrado as fotos do jornal *O Dia*, porque foi *O Dia* que estampou as fotos. Se fosse *O Globo* mostraríamos as fotos de *O Globo*. Até porque a CPI não foi testemunha ocular das prisões, nem dos encaminhamentos, porque se não teríamos fotografado nós. Temos que nos valer daquilo que já existe. Então, que fique registrado que não temos motivação e não somos pautados pelos jornalistas. Muito pelo contrário, os jornalistas buscam informações quando no ato da instalação da CPI eles são pautados pelo que acontece aqui. Esse moço está esperando para falar comigo, para me dar informação e para receber informação. Ninguém é pautado por imprensa. Então, não vamos entrar nesse “digladeio” desnecessário, nesse desrespeito desnecessário, porque só estamos querendo elucidar para trazer para a sociedade a verdade dos fatos. Não queremos trazer prejuízo absolutamente para ninguém. E dentro da minha questão de ordem, Sra. Presidente, quero sugerir a V.Exa., propor, que mantenha a convocação dos dois meninos para Brasília. E, se V.Exa. achar necessário, que leve também para Brasília o delegado, o Rui, para que nós possamos... porque esse advento da troca dos presos, sem dúvida alguma, é o ponto central para que possa dar tranquilidade a esse relatório que vai ser feito pelo nosso Relator.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Elcione Barbalho) – Deputado José Antonio Almeida.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – Eu queira também só colocar que não há, de forma alguma, nenhuma visão preconcebida. O que há é uma versão difícil de acreditar. Uma versão difícil de acreditar na medida em que não só o laudo decorrente da exumação, mas o laudo feito no IML, com toda a



deficiência, porque não abriram a cavidade torácica, não perquiriu muita coisa, também menciona que lesões foram praticadas por instrumentos contundentes. E normalmente nenhum preso dispõe de instrumento contundente para atingir outro, a não ser algo que entrou eventualmente na cela, e o tempo foi muito curto. Por todas as circunstâncias que vimos, o tempo foi muito curto. Então, veja bem, não há qualquer visão prévia; o que há, na realidade, é a precariedade da versão. A versão que tem sido apresentada como justificativa da morte do Antonio é uma versão, como disse o Deputado Magno Malta, que é igual a algodão doce no sol, dissolve facilmente. Então, é isso. Não há visão preconcebida. Não nos esclareceram convenientemente até agora essa versão. Daí, estamos procurando. Eu acho que a acareação mostrou que nós tínhamos o sentido de buscar tudo. Havia afirmações contraditórias. Vamos buscar. Essa é a prova maior, porque não estamos aqui nos contentando com o depoimento de A, ou de B, ou de C, estamos buscando confrontar os depoimentos, para poder saber se... em que podemos acreditar. Então, eu quero dizer também que não faz sentido vir aqui, acho que quem está preconcebido contra a Comissão é quem vem depor querendo, ao invés de responder perguntas, dar lição, explicar, e explicar dizendo não querer ser conduzido, mas querendo conduzir o depoimento. Isso, sim, entendeu? Nós somos até condescendente, essa que é a verdade.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Elcione Barbalho) – Sr. Rui, por favor, para as considerações finais.

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – Rapidamente, eu gostaria de saber se ficou aqui alguma coisa a não ser esse problema a que o Deputado Magno Malta se referiu, porque teve o problema do... parece que há dúvida de quem foi atendido no hospital. Há essa dúvida. Então...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Elcione Barbalho) – É. Agora mesmo acabei de assinar um documento solicitando o laudo.

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – Então, depois desse laudo é que vai ser feito?

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Elcione Barbalho) – É, logicamente, nós vamos fazer a verificação.



**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – O relatório vai ser ainda discutido com os outros membros da Comissão, tudo. Vai ter tudo... É uma série de...

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – Fora isso não ficou mais dúvida.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Elcione Barbalho) – Dr. Felipe.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – Isso vai ser publicado e divulgado. Nesse momento o senhor vai saber.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – A análise vai ser da Comissão.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA** – Da Comissão.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Elcione Barbalho) – É mais um dado.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – A Comissão ainda vai avaliar. Os técnicos ainda vão estudar o caso. Ninguém tem nenhuma posição preconcebida.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Elcione Barbalho) – Não, não. Dr. Felipe, Pode falar.

**O SR. LUIS FELIPE EGGER DE CERQUEIRA** – Como eu já falei nos depoimentos, eu também estou aqui porque é a pura verdade que eu também sou parte ouvida e, principalmente, é o nome do Departamento. Eu acho, eu estou vendo todas essas acareações e tudo, e me passa uma idéia agora. Eu acharia, para poder elucidar... até alguns peritos, de preferência que não os que fizeram o laudo de exumação, pudessem esclarecer se, no caso, o espancamento pudesse ter sido feito por uma pessoa só, ou não. Não sei se já foi feita essa pergunta ou não, porque eu não sei. Estou tentando também ajudar na solução da verdade. Eu acho isso é importante, porque pode ser que a versão da briga possa ter sido feita por uma pessoa só, ou não. Não sei. Estou querendo ajudar também.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** - Aproveitando a oportunidade que o senhor está me dando, eu faço a minha última pergunta aqui — e já não tinha mais nada que perguntar. Eu queria perguntar para os Srs. Delegados: normalmente, quando um preso vai para dentro da cela, ele... é tirado toda a roupa e só fica de cueca? É isso? Esses presos estavam descalços quando...

**O SR. LUIS FELIPE EGGER DE CERQUEIRA** - Eu não me lembro se estava descalço, ou não. Agora, eu me lembro que elas estavam só com aquela... Essa parte de baixo. Desde o momento que eu encontrei eles no hospital...





**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** - Cada vez que passa a gente vai vendo outros detalhes. Agente Rui, os custodiados estavam só de roupas de baixo, de cueca, descalço ou estava calçado com alguma coisa? O senhor lembra?

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – Excelência, o Márcio, eu lembro bem que estava com a suga, se não me engano, azul, lilás ou grená, uma coisa assim — como está na foto aí —, o Samuel estava com uma sunga amarela.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Ele estava como?

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – O Samuel... O Márcio, aliás, estava com uma sunga amarela. Sunga amarela, tá certo. Agora, me parece, eu não reparei bem, me parece que o Márcio estava descalço. Os outros dois eu não me recordo.

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Os senhores podem me explicar que no depoimento, no laudo pericial, no depoimento do Sargento, consta que os ferimentos... que havia marcas de botina no rosto de Antonio.

**O SR. WALTER RUI DE SANTANA** – Com certeza, Excelência. O Mayer sempre trabalhava com botina e ele entrou em luta, segundo o depoimento...

**O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ** – Não. Então... Nem vou... Nem quero que o senhor me responda isso, porque se eu já ouvi o... Presunção não é o caso mais. Eu agradeço, Sra. Presidenta. Já estou satisfeito.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Elcione Barbalho) – Obrigada. Dr. Felipe, por favor. Satisfeito? Mais alguma coisa? Então, quero agradecer ao Deputado Sérgio Cabral por, gentilmente, ter cedido as dependências dessa assembléia — S.Exa. é Presidente da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro; quero agradecer ao Deputado Chico Alencar que se fez presente aqui e preside a Comissão de Direitos Humanos desta Casa legislativa; ao Dr. Armando Costa, Diretor-Geral da Polícia Federal que nos ajudou bastante no encaminhamento desses contatos aqui no Rio de Janeiro; ao Dr. Marcelo Itagiba, Superintendente da Polícia Federal do Rio de Janeiro, também os nossos agradecimentos; aos Srs. Sílvio e Maurício, diretores do Departamento de Comissões, a servidora Regina e sua equipe, aos servidores da segurança desta Casa — servidores da segurança desta Casa — Roberto, Valdemir, Gilberto, Matera, Barata, Hermógenes, Jaime e Cláudio e a todos os demais seguranças nossos agradecimentos. Às servidoras da copa e da limpeza também ficam registrados aqui nossos agradecimentos. A todos os servidores da Câmara





dos Deputados que estão nos acompanhando nesta viagem. Quero agradecer a colaboração das testemunhas aqui presentes que prestaram depoimento e a todos os membros desta CPI que participaram dos nossos trabalhos e também à imprensa.

**O SR DEPUTADO ALMIR SÁ** – E os colegas advogados. Eu, como ex-presidente da OAB, gostaria de agradecer a meus colegas advogados.

**A SRA. PRESIDENTA** (Elcione Barbalho) – Obrigada. Está encerrada a reunião. Muito obrigada. Boa noite.